



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

## **CAPA DO PROCESSO**

### **Nº 133/2022-REL.TEC-SETC**

**ASSUNTO DO PROCESSO: RCI 2º TRIMESTRE 2022**

**INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC**

**Aracaju, 28 de julho de 2022**

**Rafael Santos Pereira**  
**Diretor(a)**



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022



**GOVERNO DE SERGIPE**

**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E  
CONTROLE - SETC**

# **Relatório de Atividades do Controle Interno Estadual**

## **2º Trimestre 2022**

Aracaju/SE

Julho/2022



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

---

### **EXPEDIENTE**

**Belivaldo Chagas Silva**  
Governador do Estado de Sergipe

**Benedito de Figueiredo**  
Secretário de Estado da Transparência e Controle

**Sheila Feitosa Macedo**  
Superintendente Executiva

**Elder Sandes Vieira**  
Ouvidoria-Geral

**Liliane Elaine Ramos Souza**  
Assessoria Técnica e Jurídica

**José Ney Marinho**  
Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe

**Rafael Santos Pereira**  
Núcleo de Fiscalização e Auditoria

**Ageu Joventino Gois Nascimento**  
Núcleo de Planejamento e Controle

**Fernando Gomes de Miranda**  
Núcleo de Transparência e Modernização

**José de Oliveira Santos**  
Diretoria Administrativa e Financeira



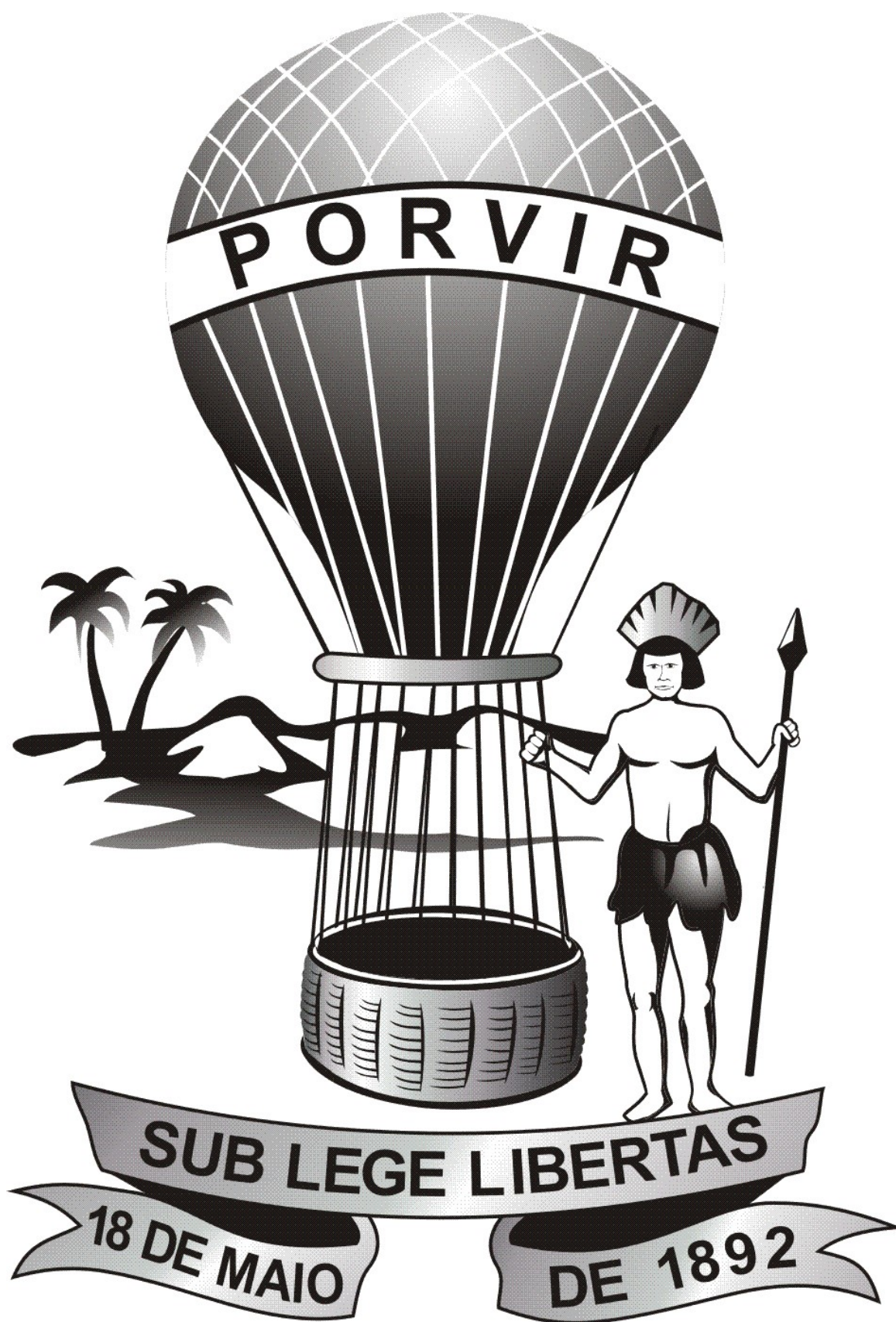
## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

### SUMÁRIO

- 1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**
  - 1.1 A INSTITUIÇÃO**
  - 1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS**
  - 1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA**
  - 1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL**
- 2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS**
  - 2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL**
    - 2.1.1 Orientações Técnicas
  - 2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL**
    - 2.2.1 Monitoramento das Contas do Governo
      - 2.2.1.1 Do Orçamento
      - 2.2.1.2 Da Execução Orçamentária e Financeira
      - 2.2.1.3 Análise da Execução Orçamentária e Financeira
    - 2.2.2 Regularidade Fiscal do Estado
  - 2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**
    - 2.3.1 Auditorias de Contas Anuais
    - 2.3.2 Auditorias Especiais
    - 2.3.3 Tomada de Contas Especial
  - 2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO**
    - 2.4.1 Transparência Ativa
    - 2.4.2 Transparência Passiva
  - 2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE**
    - 2.5.1 Apresentação
    - 2.5.2 Atividades Desempenhadas
  - 2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL**
  - 2.7 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**
  - 2.8 INSTITUIÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”**
- 3. GESTÃO DA SETC**
  - 3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
  - 3.2 PESSOAL E ENCARGOS**
  - 3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS**
  - 3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO**
    - 3.4.1 Área de Avaliação e Monitoramento de Portais da Transparência
  - 3.5 OUVIDORIA SETORIAL**
  - 3.6 UNIDADE SETORIAL DE CONTROLE INTERNO**
    - 3.6.1 Fomentar e Aderir à 2ª Etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022





# 1. SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

## 1.1 A INSTITUIÇÃO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, inscrita no CNPJ nº. 13.128.798/0009-50, é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, com sede na Rua Vila Cristina, nº. 1.051, no Bairro 13 de Julho, na cidade de Aracaju/SE.

Faz-se mister registrar, preliminarmente, que a Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC teve sua origem na Controladoria-Geral do Estado, instituída nos termos das Leis Estaduais nº. 3.630/1995 e 7.950/2014, que por sua vez surgiu da Auditoria-Geral do Estado, criada pelo Decreto Estadual nº. 5.819, de 28 de julho de 1983, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

A partir da Constituição Estadual de 1989, a Auditoria-Geral do Estado foi transformada em Controladoria-Geral do Estado de Sergipe - CGE/SE, por meio das Leis Estaduais nº. 3.591/1995 e nº. 3.630/1995, que por sua vez tornou-se a Secretaria de Estado da Transparência e Controle por meio da Lei Estadual nº. 8.496/2018, enquanto órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual.

## 1.2 COMPETÊNCIAS LEGAIS DA SETC

De acordo com as disposições do art. 67 da Constituição Estadual, compete à Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do sistema de controle interno, o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade e aos demais princípios que regem a administração pública, bem como a aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à proteção do patrimônio público do Estado de Sergipe.

Além disso, nos termos do Art. 11 da Lei nº. 8.496, de 28 de Dezembro de 2018, compete à SETC:

- ✓ a orientação, o acompanhamento e a proteção da gestão estadual;
- ✓ o exercício pleno da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e demais princípios que regem a administração pública, e da





## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

- aplicação de subvenções e renúncia de receitas, visando à salvaguarda do erário e do patrimônio público do Estado;
- ✓ a verificação da exatidão e regularidade das contas dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a adequada execução do orçamento;
  - ✓ o incremento da transparência da gestão pública estadual;
  - ✓ a supervisão e o controle da regularidade fiscal da Administração Pública Estadual junto ao Cadastro Único de Convênios (CAUC/STN);
  - ✓ a prevenção e o combate à improbidade administrativa e às demais formas de irregularidades administrativas, no âmbito da Administração Pública Estadual;
  - ✓ auxiliar no aperfeiçoamento da gestão pública;
  - ✓ formular, coordenar e fomentar a implementação de programas e projetos voltados à prevenção da corrupção e à promoção da transparência;
  - ✓ zelar pelo controle social na administração pública;
  - ✓ contribuir para a evolução da qualidade na aplicação dos recursos em benefícios da sociedade;
  - ✓ fomentar e supervisionar as atividades da Ouvidoria-Geral do Estado;
  - ✓ a realização de outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentares.

### 1.3 CONTROLE INTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

Conforme determinação do artigo 74, da Constituição Federal de 1988, cabe ao Controle Interno:

*“I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;*

*II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*

*III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;*

*IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.”*

## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

Na busca de cumprir adequadamente todas essas atribuições e contribuir efetivamente para a melhoria da gestão das políticas públicas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, vem aperfeiçoando continuamente a sua atuação.

### 1.4 IDENTIDADE INSTITUCIONAL



#### **Missão**

*Orientar e acompanhar a gestão governamental para alcançar a efetividade das políticas públicas e exercer o controle interno para proteger o patrimônio público e assegurar a prevalência dos interesses da sociedade.*

#### **Visão Estratégica**

*Ser reconhecida pela sociedade e pelos gestores estaduais como referência de Controle Interno da Administração Pública.*



#### **Valores**

*Ética e Transparência na Administração Pública;  
Participação Popular e Controle Social da Gestão;  
Prevalência do Interesse Público;  
Responsabilidade Fiscal e Socioambiental;  
Transversalidade da Gestão.*





## 2. PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

### 2.1 AÇÕES DE ORIENTAÇÃO À GESTÃO ESTADUAL

Em cumprimento à missão institucional de orientar a gestão governamental, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, durante o 2º trimestre de 2022, realizou diversas atividades de orientação aos gestores e técnicos dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, cujos resultados estão sintetizados a seguir:

#### 2.1.1 ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

As Orientações Técnicas são emitidas por meio de instrumentos administrativos elaborados por técnicos, emitido pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, e têm o propósito de avaliar e promover orientação técnica e normativa, bem como recomendar à adequação dos controles internos e de gestão no âmbito dos Órgãos e das Entidades que compõem o Poder Executivo Estadual.

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no exercício de suas atribuições, utilizando o controle interno como principal ferramenta para proteger o patrimônio público estadual e evitar eventuais danos ao Erário, através da sua Assessoria Técnica e Jurídica, examinou demandas internas e externas, e demais matérias de competência desta Casa de Controle Interno.

O Controle Interno é o viés que a Administração Pública possui para verificar a regularidade e a legalidade de seus próprios atos, e saber se os princípios da legalidade e da supremacia do interesse público, dentre outros, foram respeitados, inclusive, avaliando a conveniência administrativa do ato praticado.

Nesse sentido, no período de abril a junho, destacaram-se os trabalhos relacionados a seguir:

#### (NOTA TÉCNICA)

**ASSUNTO:** Ação Civil de Improbidade Administrativa

**PROCESSO N.** 201554101590 – **N. ÚNICO:** 0006437-42.2015.8.25.0040

Trata-se de solicitação de análise sobre decisão do processo acima indicado encaminhado pela Superintendência Executiva desta Secretaria de Estado da Transparência e



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

Controle-SETC por meio de processo interno n. 036.000.00428/2022-1.

Da decisão condenatória o réu interpôs Agravo de Instrumento que foi conhecido e negado provimento em 13/03/2018. Decorreu-se o prazo sem que houvesse recurso, assim, transitou em julgado em 20/06/2018 encaminhado para o arquivo definitivo em 21/06/2018.

**CONCLUSÃO:** Ante o exposto, manifestamo-nos pela não contratação com os réus condenados e encaminhamos decisão na íntegra para conhecimento e arquivo.

É o entendimento,

S.M.J.

## 2.2 ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO ESTADUAL

### 2.2.1 MONITORAMENTO DAS CONTAS DO GOVERNO

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, no cumprimento das ações de orientação e acompanhamento das ações governamentais, durante o segundo trimestre de 2022, observou dados e informações registradas no sistema de contabilidade e gestão do Estado – i-gesp, pelas Unidades Gestoras da Administração Direta e Indireta, no tocante à execução orçamentária consolidada, que permitem avaliar a evolução da execução das receitas e despesas, com o objetivo de gerar informações estratégicas para orientar e subsidiar a tomada de decisão governamental.

#### 2.2.1.1 DO ORÇAMENTO

O orçamento para o exercício de 2022 foi aprovado pela Lei nº 8.963, de 13 de janeiro de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado Nº 28.831, de 17 de janeiro de 2022, alocando recursos da ordem de R\$ 12.173.837.958,00 (doze bilhões, cento e setenta e três milhões, oitocentos e trinta e sete mil e novecentos e cinquenta e oito reais), o qual compreende o orçamento fiscal e da seguridade social, recursos de todas as fontes.



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2021		R\$ 1,00	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
RECEITA		DESPESA	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.282.576.035</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.737.998.486</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.267.012.176	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.354.911.290
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	567.151.620	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	167.591.810
RECEITA PATRIMONIAL	69.081.732	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.215.495.386
RECEITA AGROPECUÁRIA	0		
RECEITA INDUSTRIAL	0		
RECEITA DE SERVIÇOS	208.031.140		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.052.422.083		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.877.284		
<b>RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.252.151.245</b>		
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>-2.711.192.098</b>		
<b>I - TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>10.823.535.182</b>		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.350.302.776</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.417.977.680</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	569.825.700	INVESTIMENTOS	1.113.300.490
ALIENAÇÃO DE BENS	401.497.041	INVERSÕES FINANCEIRAS	80.000.000
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	18.515	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	224.677.190
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	378.811.520		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	150.000		
<b>II - TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.350.302.776</b>		
		<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>17.861.792</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.173.837.958</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12.173.837.958</b>

Fonte: Lei nº 8.963, de 13 de janeiro de 2022/ Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

No 2º trimestre de 2022, foram abertos créditos suplementares no montante de R\$ 419.639.885,18 (quatrocentos e dezenove milhões, seiscentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos) e anulados o montante de R\$ 309.439.885,18 (trezentos e nove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos).

Até 30/06/2022, os créditos suplementares perfazem o montante de R\$ 825.834.786,41 (oitocentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), os créditos especiais o montante de R\$ 459.572.047,18 (quatrocentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e setenta e dois mil, quarenta e sete reais e dezoito centavos) e anulados o montante de R\$ 927.230.304,80 (novecentos e vinte e sete milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e quatro reais e oitenta centavos).

Dessa forma, a dotação atualizada perfaz o valor de R\$ 12.532.014.486,79 (doze bilhões, quinhentos e trinta e dois milhões, quatorze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e nove centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

	MOVIMENTAÇÃO	VALOR (R\$)
A	DOTAÇÃO INICIAL	12.173.837.958,00
B	CRÉDITO SUPLEMENTAR	825.834.786,41
C	CRÉDITO ESPECIAL	459.572.047,18
D	DOTAÇÃO ANULADA	927.230.304,80
E	DOTAÇÃO ATUALIZADA (E) (=) (A+B+C-D)	12.532.014.486,79

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado/

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos  
Compromissos de Governo

As fontes de recursos utilizadas para abertura de créditos adicionais foram **anulações de dotações**, totalizando **R\$ 927.230.304,80 (novecentos e vinte e sete milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e quatro reais e oitenta centavos)**; e **superavit financeiro apurado em Balanços Patrimoniais**, por meio das Portarias SEFAZ Nº 29, de 07 de fevereiro de 2022, no montante de R\$ 246.758.102,78 (duzentos e quarenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, cento e dois reais e setenta e oito centavos), Nº 35, de 08 de fevereiro de 2022, no montante de R\$ 1.020.919,22 (um milhão, vinte mil, novecentos e dezenove reais e vinte e dois centavos), Nº 39, de 10 de fevereiro de 2022, no montante de R\$ 197.506,79 (cento e noventa e sete mil, quinhentos e seis reais e setenta e nove centavos), Nº 117, de 07 de abril de 2022, no montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), Nº 166, de 06 de maio de 2022, no montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), Nº 191, de 03 de junho de 2022, no montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Nº 207, de 21 de junho de 2022, no montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), Nº 215, de 28 de junho de 2022, no montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), totalizando **R\$ 358.176.528,79 (trezentos e cinquenta e oito milhões, cento e setenta e seis mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e nove centavos)**.

Quanto aos **créditos especiais**, estes foram abertos por meio do Decreto Nº 7, de 27 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 1.521.042,00 (um milhão, quinhentos e vinte e um mil e quarenta e dois reais), em favor da Unidade Gestora 22201 – Departamento Estadual de Trânsito de Sergipe para o projeto 06.422.0010.0904 – Programa CNH Social; e do Decreto Nº 30, de 16 de fevereiro de 2020, no valor de R\$ 458.051.005,18 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, cinquenta e um mil, cinco reais e dezoito centavos), em favor da Unidade Gestora 37202 – Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Sergipe para as atividades 09.274.0035.0920 – Pagamentos das Obrigações do Sistema de Proteção Social da Polícia



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

Militar e 09.274.0035.0921 – Pagamentos das Obrigações do Sistema de Proteção Social dos Militares – Corpo de Bombeiros; totalizando **R\$ 459.572.047,18 (quatrocentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e setenta e dois mil, quarenta e sete reais e dezoito centavos).**

Após a abertura de créditos adicionais, a despesa orçamentária atualizada ficou assim distribuída:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS			
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>10.737.998.486,00</b>	<b>143.848.355,16</b>	<b>10.881.846.841,16</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.354.911.290,00	15.024.024,16	7.369.935.314,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	167.591.810,00	-548.300,00	167.043.510,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.215.495.386,00	129.372.631,00	3.344.868.017,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.417.977.680,00</b>	<b>214.328.173,63</b>	<b>1.632.305.853,63</b>
INVESTIMENTOS	1.113.300.490,00	207.529.873,63	1.320.830.363,63
INVERSÕES FINANCEIRAS	80.000.000,00	0,00	80.000.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	224.677.190,00	6.798.300,00	231.475.490,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>17.861.792,00</b>	<b>,00</b>	<b>17.861.792,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.173.837.958,00</b>	<b>358.176.528,79</b>	<b>12.532.014.486,79</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil / Dotação Autorizada / Alterações / Remanejamentos Orçamentários

### 2.2.1.2 DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Receita realizada no 2º. Trimestre de 2022 foi no valor de R\$ 3.509.258.745,83 (três bilhões, quinhentos e nove milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), perfazendo até o trimestre o montante arrecadado de R\$ 6.738.391.267,35 (seis bilhões, setecentos e trinta e oito milhões, trezentos e noventa e um mil, duzentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), conforme detalhado no quadro abaixo:

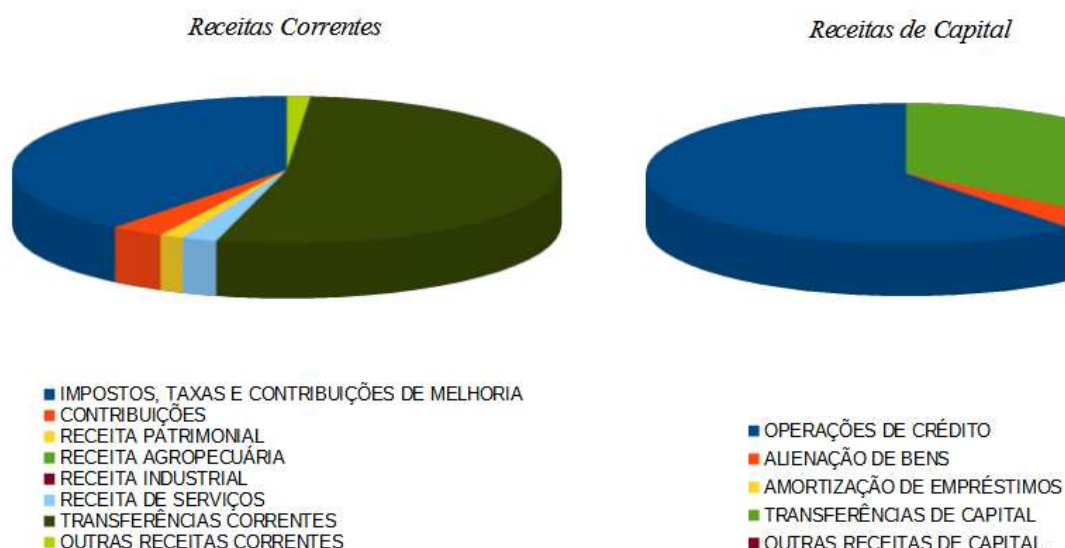


## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE				
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS				
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE RECEITA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA		SALDO
		NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.382.576.035,00</b>	<b>4.062.114.173,81</b>	<b>7.846.312.771,40</b>	<b>-4.536.263.263,60</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	5.267.012.176,00	1.602.162.095,66	3.078.648.261,03	-2.188.363.914,97
CONTRIBUIÇÕES	567.151.620,00	134.519.113,93	246.003.036,60	-321.148.583,40
RECEITA PATRIMONIAL	69.081.732,00	58.997.453,00	110.425.756,92	41.344.024,92
RECEITA AGROPECUÁRIA	,00	,00	,00	,00
RECEITA INDUSTRIAL	,00	,00	,00	,00
RECEITA DE SERVIÇOS	208.031.140,00	85.763.910,90	162.234.568,00	-45.796.572,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.152.422.083,00	2.122.570.833,84	4.141.453.570,28	-2.010.968.512,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.877.284,00	58.100.766,48	107.547.578,57	-11.329.705,43
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.350.302.776,00</b>	<b>84.600.015,19</b>	<b>145.970.123,90</b>	<b>-1.204.332.652,10</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	569.825.700,00	52.388.446,39	88.886.821,44	-480.938.878,56
ALIENAÇÃO DE BENS	401.497.041,00	2.567.147,45	5.169.501,82	-396.327.539,18
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	18.515,00	,00	,00	-18.515,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	378.811.520,00	29.632.241,62	51.898.282,61	-326.913.237,39
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	150.000,00	12.179,73	15.518,03	-134.481,97
<b>RECEITAS CORRENTES – OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.252.151.245,00</b>	<b>240.105.363,17</b>	<b>474.021.302,86</b>	<b>-778.129.942,14</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE</b>	<b>-2.711.192.098,00</b>	<b>-877.560.806,34</b>	<b>-1.727.912.930,81</b>	<b>983.279.167,19</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.273.837.958,00</b>	<b>3.509.258.745,83</b>	<b>6.738.391.267,35</b>	<b>-5.535.446.690,65</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado

## Receitas Arrecadadas no 2º Trimestre







## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

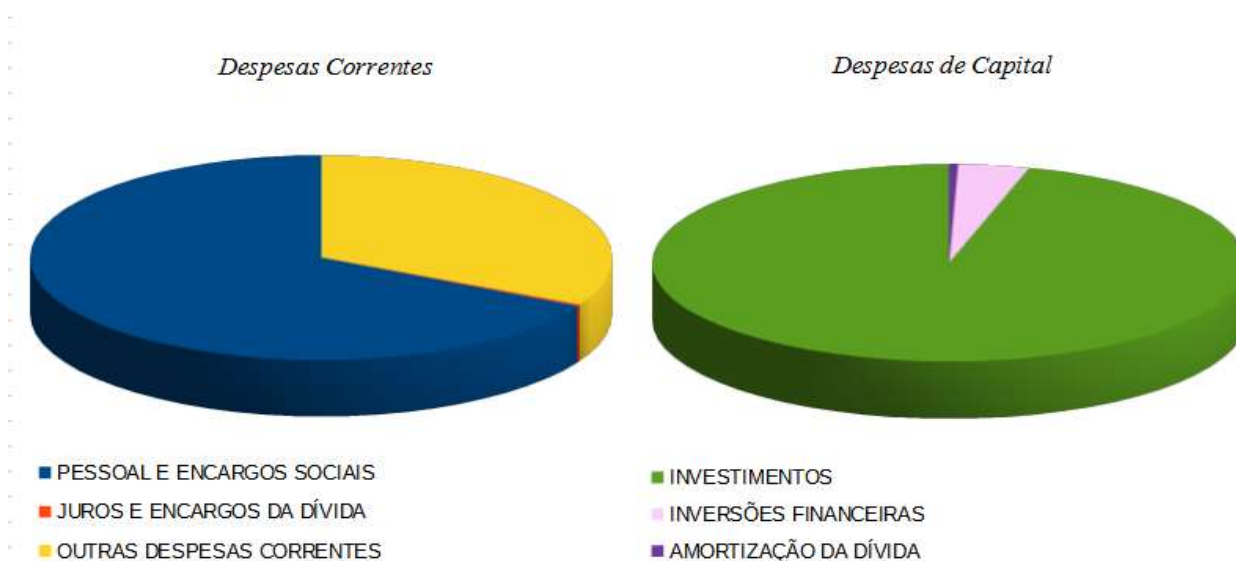
A Despesa Empenhada no 2º. trimestre de 2022 foi no valor de R\$ 2.868.748.985,62 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e oito milhões, setecentos e quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), perfazendo até o trimestre o montante de R\$ 7.322.452.945,60 (sete bilhões, trezentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme demonstrativo a seguir:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS						
CATEGORIA ECONÔMICA / GRUPO DE DESPESA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.525.989.422,91</b>	<b>6.445.021.981,82</b>	<b>2.781.504.348,10</b>	<b>5.283.946.211,51</b>	<b>2.814.002.647,10</b>	<b>5.085.935.512,05</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.696.190.501,03	4.103.116.745,90	1.828.301.040,37	3.406.411.862,01	1.854.036.172,27	3.349.166.279,26
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.227.573,25	124.902.322,02	37.000.612,95	83.311.172,60	37.000.612,95	83.311.172,59
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	822.571.348,63	2.217.002.913,90	916.202.694,78	1.794.223.176,90	922.965.861,88	1.653.458.060,20
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>342.759.562,71</b>	<b>877.430.963,78</b>	<b>292.195.518,51</b>	<b>488.605.297,45</b>	<b>298.269.898,31</b>	<b>481.658.661,98</b>
INVESTIMENTOS	327.816.042,30	682.252.412,99	233.270.921,58	341.106.500,73	239.358.099,33	334.172.663,21
INVERSÕES FINANCEIRAS	13.256.081,21	37.911.378,44	13.256.070,51	37.911.338,23	13.256.070,51	37.911.338,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.687.439,20	157.267.172,35	45.668.526,42	109.587.458,49	45.655.728,47	109.574.660,54
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>	<b>,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.868.748.985,62</b>	<b>7.322.452.945,60</b>	<b>3.073.699.866,61</b>	<b>5.772.551.508,96</b>	<b>3.112.272.545,41</b>	<b>5.567.594.174,03</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

### Despesas Empenhadas no 2º Trimestre





## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

## • Despesa Orçamentária por Órgão e Entidade

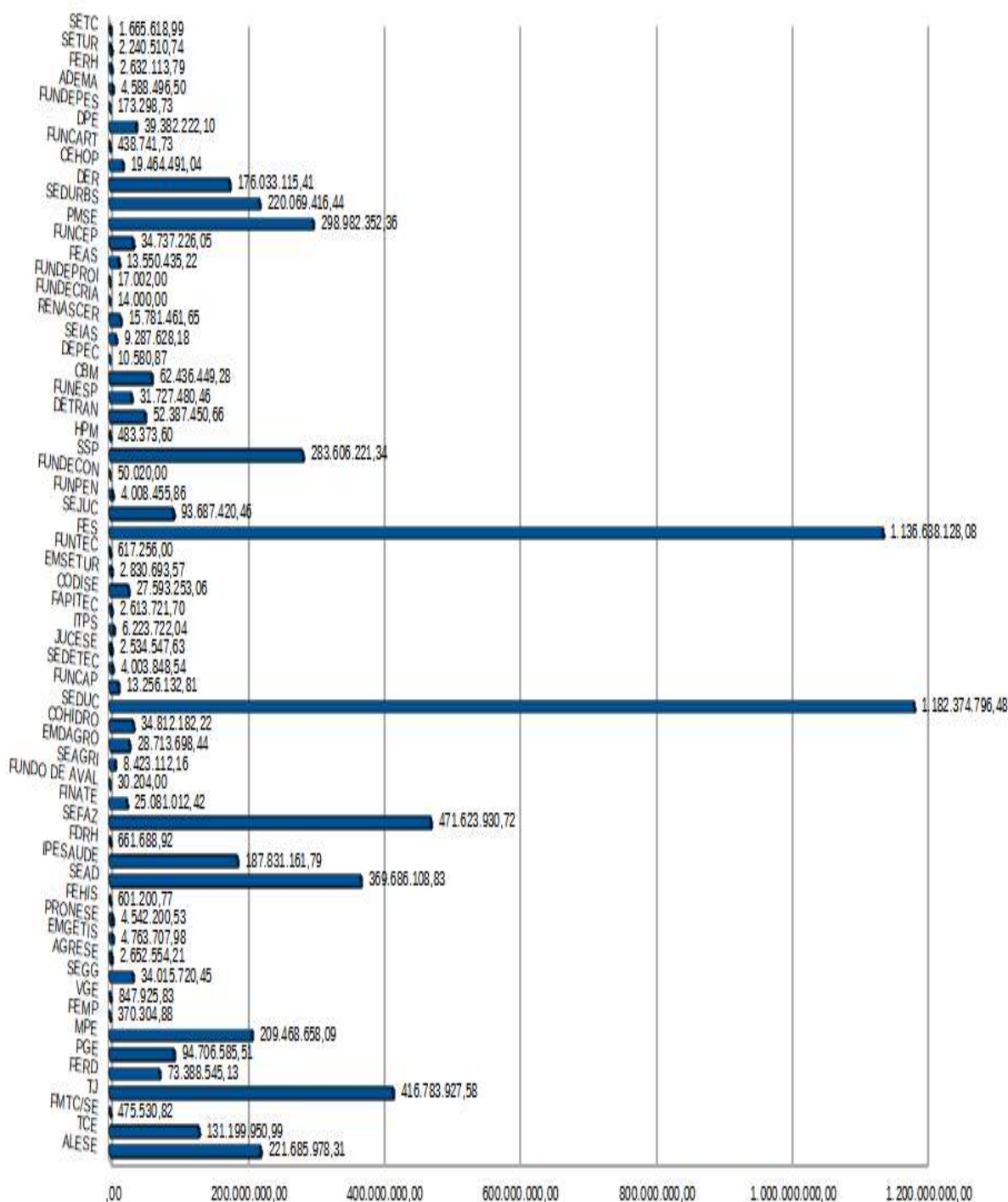
GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR ÓRGÃO/ENTIDADE						
UNIDADE GESTORA	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
ALESE	6.548.071,88	221.685.978,31	63.594.484,36	117.623.900,28	63.555.941,08	117.211.515,90
TCE	1.348.136,92	131.199.950,99	33.313.075,46	63.996.815,52	33.387.179,04	63.947.145,56
FMTC/SE	25.737,63	475.530,82	63.629,35	250.222,96	105.629,35	250.222,96
TJ	136.019.459,94	416.783.927,58	156.897.254,88	290.924.937,46	157.327.323,14	290.592.278,83
FERD	17.634.260,62	73.388.545,13	25.354.949,04	45.555.823,32	24.700.493,87	44.298.612,39
PGE	78.111.535,58	94.706.585,51	13.972.571,16	26.066.396,95	15.571.230,72	25.650.876,14
MPE	6.607.979,74	209.468.658,09	50.664.293,42	98.158.141,39	50.660.379,40	98.086.496,30
FEMP	370.304,88	370.304,88	,00	,00	,00	,00
VEGE	22.866,08	847.925,83	199.552,76	399.062,54	199.458,77	388.333,47
SEGG	14.191.147,46	34.015.720,45	17.304.281,11	26.583.935,08	17.262.059,40	25.985.718,68
AGRESE	1.828.523,29	2.652.554,21	681.545,14	1.261.296,21	705.802,57	1.261.296,21
EMGETIS	2.115.932,30	4.763.707,98	2.144.250,06	4.327.898,25	2.282.676,90	4.204.945,49
PRONESE	2.471.708,46	4.542.200,53	2.274.837,51	4.236.535,93	2.427.521,14	4.201.480,19
FEHIS	487.920,77	601.200,77	385.740,68	438.557,06	385.740,68	438.557,06
SEAD	245.262.013,99	369.686.108,83	123.484.132,28	243.513.335,68	123.311.279,37	242.614.005,83
IPESAÚDE	101.487.379,12	187.831.161,79	100.327.796,27	175.838.294,19	86.998.057,13	162.229.639,70
FDRH	376.108,22	661.688,92	286.663,25	357.992,95	292.827,07	309.527,07
SEFAZ	25.640.790,80	471.623.930,72	171.783.617,10	362.178.249,81	171.267.278,38	360.910.916,32
FINATE	1.312.052,98	25.081.012,42	10.760.527,63	18.557.845,64	10.356.373,22	15.331.837,44
FUNDO DE AVAL	,00	30.204,00	,00	0,00	,00	0,00
SEAGRI	5.647.830,84	8.423.112,16	3.721.735,82	6.211.787,79	2.890.951,06	5.140.516,94
EMDAGRO	15.529.696,44	28.713.698,44	15.362.276,70	26.787.456,99	15.445.336,65	26.576.137,14
COHIDRO	17.476.841,61	34.812.182,22	18.705.005,74	33.705.499,40	17.849.509,62	32.692.264,03
SEDUC	493.414.122,74	1.182.374.796,48	555.129.032,64	883.729.998,00	550.187.973,56	859.903.995,95
FUNCAP	8.872.881,54	13.256.132,81	6.075.858,18	9.907.717,50	5.590.066,06	8.821.665,01
SEDETEC	1.178.076,53	4.003.848,54	1.292.475,43	2.584.897,75	1.336.698,32	2.465.726,41
JUCESE	1.330.640,80	2.534.547,63	1.287.781,94	2.152.814,59	1.291.955,33	2.143.547,55
ITPS	3.430.484,50	6.223.722,04	3.313.000,99	6.055.514,26	3.537.669,65	6.023.478,64
FAPITEC	1.329.395,34	2.613.721,70	1.404.767,60	2.594.581,51	1.192.241,62	2.338.815,64
CODISE	13.662.618,99	27.593.253,06	12.049.218,20	25.241.914,91	11.970.914,74	25.148.525,48
EMSETUR	1.885.935,61	2.830.693,57	1.871.280,60	2.766.995,63	1.640.266,21	2.516.947,57
FUNTEC	2.000,00	617.256,00	,00	614.256,00	300.000,00	300.000,00
FES	462.034.114,10	1.136.638.128,08	499.901.852,13	1.074.944.041,95	530.605.146,90	980.153.847,03
SEJUC	55.803.006,24	93.687.420,46	51.674.252,02	85.566.955,41	51.223.619,84	74.007.396,01
FUNPEN	2.709.880,06	4.008.455,86	1.328.713,48	2.098.812,99	1.243.077,48	2.013.176,99
FUNDECON	47.520,00	50.020,00	9.686,19	9.686,19	3.821,59	3.821,59
SSP	117.630.737,90	283.606.221,34	92.968.609,32	175.960.547,68	93.166.110,04	175.853.606,60
HPM	244.748,85	483.373,60	258.680,80	415.215,13	205.061,25	308.454,66
DETRAN	31.353.706,35	52.387.450,66	24.799.122,33	45.193.459,78	24.775.541,83	45.152.129,31
FUNESP	15.419.057,37	31.727.480,46	11.873.442,15	22.095.236,31	11.441.282,68	21.523.147,39
CBM	34.311.794,37	62.436.449,28	23.360.329,59	47.157.016,73	23.388.676,76	47.143.807,15
DEPEC	,00	10.580,87	,00	10.580,87	10.577,50	10.580,87
SEIAS	5.380.064,30	9.287.628,18	4.707.413,52	7.199.950,65	3.751.600,25	6.017.622,44
RENASCER	8.186.750,99	15.781.461,65	7.865.235,42	15.312.476,38	8.598.083,39	14.852.387,64
FUNDECRIA	8.000,00	14.000,00	6.462,20	10.448,10	3.985,90	3.985,90
FUNDEPROI	8.000,00	17.002,00	6.462,21	10.448,10	3.985,89	3.985,89
FEAS	734.388,27	13.550.435,22	2.736.449,22	5.618.631,52	2.095.122,38	4.960.374,09
FUNCEP	17.723.183,77	34.737.226,05	10.782.031,50	21.614.231,44	10.796.797,15	21.070.814,88
PMSE	140.611.871,89	298.982.352,36	140.513.507,18	298.513.360,52	139.559.036,20	296.959.676,60
SEDURBS	112.827.420,18	220.069.416,44	73.666.362,82	139.296.291,84	73.698.720,24	137.866.423,64
DER	64.228.363,90	176.033.115,41	35.738.229,66	71.814.294,19	37.237.849,90	65.271.957,58
CEHOP	11.694.080,69	19.464.491,04	11.934.140,10	19.006.062,24	11.931.999,35	18.499.735,42
FUNCART	338.499,00	438.741,73	322.320,00	391.292,73	322.320,00	391.292,73
DPE	19.712.231,09	39.382.222,10	18.339.382,84	32.799.926,23	18.343.704,10	32.799.745,95
FUNDEPES	173.298,73	173.298,73	14.031,82	14.031,82	14.031,82	14.031,82
ADEMA	2.345.234,33	4.588.496,50	2.145.198,33	3.855.102,73	2.252.708,91	3.720.590,15
FERH	1.600.775,37	2.632.113,79	1.108.201,93	1.822.939,67	1.194.034,83	1.455.369,88
SETUR	814.666,80	2.240.510,74	834.091,58	1.529.813,08	791.363,29	1.418.567,45
SETC	857.498,91	1.665.618,99	847.706,94	1.616.787,99	859.820,99	1.580.117,59
SERGIPEPREVIDÊNCIA	23.830.248,91	236.522.684,56	126.134.101,79	206.230.755,50	133.684.690,83	181.539.801,39
FINANPREV	532.497.387,65	1.017.422.687,09	536.118.214,24	1.009.820.435,64	557.038.940,07	1.001.012.699,49
<b>TOTAL</b>	<b>2.868.748.985,62</b>	<b>7.322.452.945,60</b>	<b>3.073.699.866,61</b>	<b>5.772.551.508,96</b>	<b>3.112.272.545,41</b>	<b>5.567.594.174,03</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

### Despesa Empenhada Janeiro a Junho





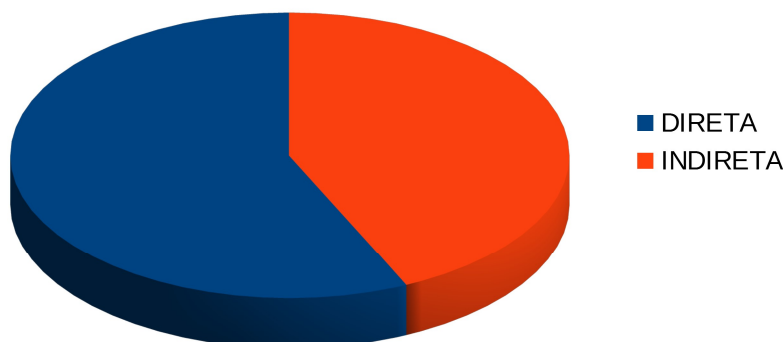
## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

### • Despesa Orçamentária por Tipo de Administração

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR TIPO ADMINISTRAÇÃO						
TIPO ADMINISTRAÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
DIRETA	1.520.119.188,41	4.230.121.112,99	1.623.637.143,09	2.957.192.544,39	1.616.465.507,14	2.910.867.714,84
INDIRETA	1.348.629.797,21	3.092.331.832,61	1.450.062.723,52	2.815.358.964,57	1.495.807.038,27	2.656.726.459,19
<b>TOTAL</b>	<b>2.868.748.985,62</b>	<b>7.322.452.945,60</b>	<b>3.073.699.866,61</b>	<b>5.772.551.508,96</b>	<b>3.112.272.545,41</b>	<b>5.567.594.174,03</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

### Despesa Empenhada acumulada por tipo de Administração



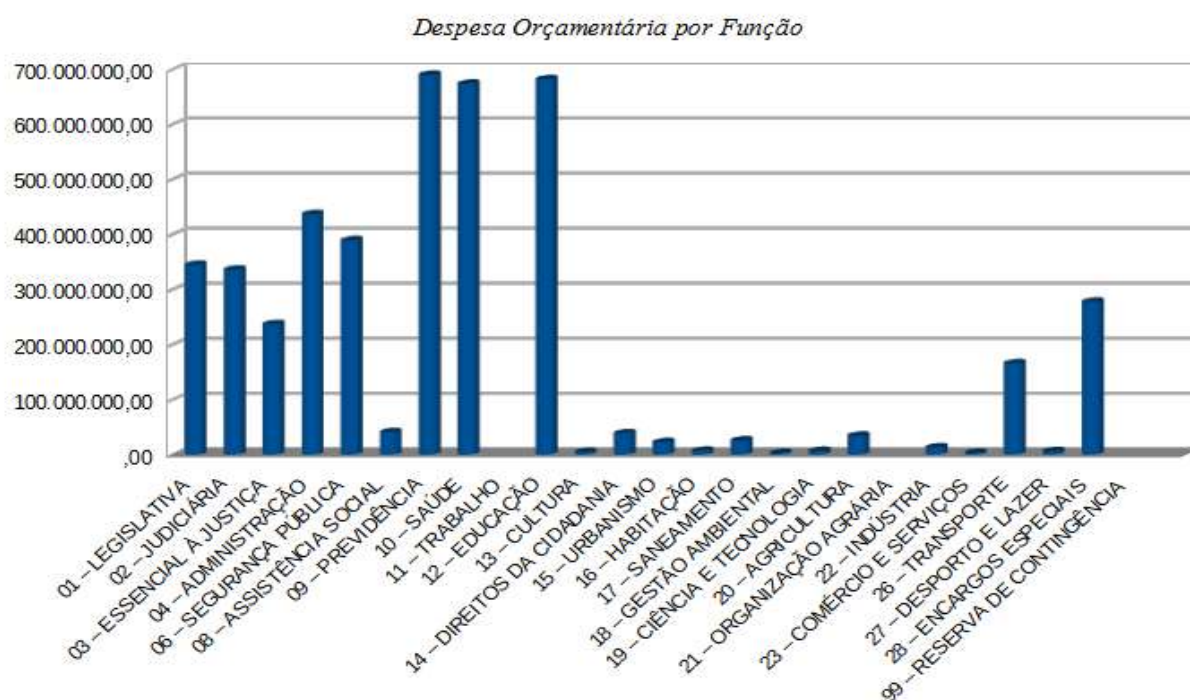
### • Despesa Orçamentária por Função

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO						
FUNÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
01 – LEGISLATIVA	7.921.946,43	353.361.460,12	96.971.189,17	181.870.938,76	97.048.749,47	181.408.884,42
02 – JUDICIÁRIA	153.788.732,47	490.399.481,61	182.388.614,08	336.707.769,68	182.159.127,17	335.111.401,87
03 – ESSENCIAL À JUSTIÇA	34.431.899,63	272.077.438,53	80.505.555,23	153.237.111,31	82.254.347,60	152.923.124,05
04 – ADMINISTRAÇÃO	382.529.206,38	820.115.761,21	344.489.772,20	644.523.872,57	330.226.933,80	624.713.671,94
06 – SEGURANÇA PÚBLICA	339.571.916,73	729.633.327,70	293.773.691,37	589.334.836,15	292.535.708,76	586.940.821,71
08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	33.753.370,10	75.111.316,74	27.231.072,49	50.903.785,48	26.387.170,88	48.046.770,13
09 – PREVIDÊNCIA	554.227.636,56	1.244.955.081,08	657.403.369,01	1.207.385.588,16	685.875.763,51	1.173.899.980,24
10 – SAÚDE	462.034.114,10	1.136.638.128,08	499.901.852,13	1.074.944.041,95	530.605.146,90	980.153.847,03
12 – EDUCAÇÃO	485.383.923,22	1.168.201.737,31	550.249.855,50	876.219.371,62	545.484.947,89	852.682.228,77
13 – CULTURA	10.229.564,54	15.539.049,94	7.422.837,60	12.083.754,07	6.896.334,57	10.911.988,35
14 – DIREITOS DA CIDADANIA	58.560.406,30	97.745.896,32	53.012.651,69	87.675.454,59	52.470.518,91	76.024.394,59
15 – URBANISMO	21.461.177,34	44.504.436,85	22.174.329,35	35.658.112,30	21.967.832,38	34.798.254,10
16 – HABITAÇÃO	11.946.761,60	19.599.622,03	12.084.640,92	18.978.553,52	12.082.500,17	18.472.226,70
17 – SANEAMENTO	14.375.063,83	40.729.639,71	14.375.053,13	40.729.599,50	14.375.053,13	40.729.599,50
18 – GESTÃO AMBIENTAL	4.391.990,59	7.789.001,87	3.541.744,70	6.045.183,33	3.735.353,62	5.543.100,90
19 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	5.554.395,48	12.800.337,22	5.654.750,64	11.221.106,14	6.010.816,27	10.499.977,37
20 – AGRICULTURA	38.843.940,11	73.811.196,60	38.572.653,53	69.054.326,64	37.122.116,23	66.723.444,83
22 – INDÚSTRIA	13.613.883,88	27.426.563,55	11.976.397,77	25.075.231,40	11.898.094,31	24.981.841,97
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.500.602,41	10.566.704,31	5.550.385,04	8.837.247,02	5.276.642,36	8.475.953,33
26 – TRANSPORTE	135.984.822,91	302.421.630,11	68.480.482,10	128.065.811,02	70.538.826,36	121.373.464,41
27 – DESPORTO E LAZER	8.426.315,52	15.400.028,43	5.491.381,70	8.143.509,89	5.036.106,01	7.520.263,92
28 – ENCARGOS ESPECIAIS	85.217.315,49	363.625.106,28	92.447.587,26	205.856.303,86	92.284.455,11	205.658.933,90
<b>TOTAL</b>	<b>2.868.748.985,62</b>	<b>7.322.452.945,60</b>	<b>3.073.699.866,61</b>	<b>5.772.551.508,96</b>	<b>3.112.272.545,41</b>	<b>5.567.594.174,03</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022



- Despesa Orçamentária por Poder

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE						
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PODER						
PODER	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE
EXECUTIVO	2.707.173.318,63	6.478.919.012,77	2.794.476.473,52	5.254.199.809,42	2.833.195.978,93	5.051.294.398,39
LEGISLATIVO	7.921.946,43	353.361.460,12	96.971.189,17	181.870.938,76	97.048.749,47	181.408.884,42
JUDICIÁRIO	153.653.720,56	490.172.472,71	182.252.203,92	336.480.760,78	182.027.817,01	334.890.891,22
<b>TOTAL</b>	<b>2.868.748.985,62</b>	<b>7.322.452.945,60</b>	<b>3.073.699.866,61</b>	<b>5.772.551.508,96</b>	<b>3.112.272.545,41</b>	<b>5.567.594.174,03</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo





## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

Percebe-se que, no confronto entre a dotação atualizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se uma economia orçamentária no valor de **R\$ 5.209.561.541,19** (cinco bilhões, duzentos e nove milhões, quinhentos e sessenta e um mil, quinhentos e quarenta e um reais e dezenove centavos), o que representa aproximadamente 41,57% da dotação atualizada, conforme quadro abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DOTAÇÃO ATUALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	12.532.014.486,79
DESPESA EMPENHADA (B)	7.322.452.945,60
<b>ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (A – B)</b>	<b>5.209.561.541,19</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado

Por sua vez, no confronto entre a despesa empenhada e a despesa paga, verificou-se uma despesa a pagar até o período, no valor de **R\$ 1.998.382.331,36** (um bilhão, setecentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e setenta e um reais e cinquenta e sete centavos), o que representa, aproximadamente 23,96% da despesa empenhada, conforme demonstrado abaixo:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
DESPESA EMPENHADA x DESPESA PAGA	
DESPESA EMPENHADA (A)	7.322.452.945,60
DESPESA PAGA (B)	5.567.594.174,03
<b>DESPESA A PAGAR (A – B)</b>	<b>1.754.858.771,57</b>

Fonte: i-Gesp/ Detalhamento do Demonstrativo Contábil/ Demonstrativo da Execução dos Compromissos de Governo

Do confronto entre a receita realizada e a despesa empenhada até o período, verificou-se um *deficit* orçamentário no valor de **R\$ (584.061.678,25)** (quinhentos e oitenta e quatro milhões, sessenta e um mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos), assim detalhado:

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE	
RECEITA REALIZADA X DESPESA EMPENHADA	
RECEITA REALIZADA (A)	6.738.391.267,35
DESPESA EMPENHADA (B)	7.322.452.945,60
<b>SUPERAVIT/DEFICIT ORÇAMENTÁRIO (A – B)</b>	<b>-584.061.678,25</b>

Fonte: i-Gesp/ Demonstrativo da Execução da Receita Orçamentária Consolidado/ Demonstrativo da Execução da Despesa Orçamentária Consolidado





## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

**2.2.1.3 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Nesse item, será efetuada a análise do desempenho orçamentário-financeiro, por meio de indicadores, da gestão pública do Governo do Estado de Sergipe a fim de oferecer informações acerca da utilização dos recursos públicos.

**a) Quociente de Execução da Receita: Receita Arrecadada/Receita Prevista Atualizada**

Receita Arrecadada	6.738.391.267,35	<b>0,55</b>
Receita Prevista Atualizada	12.273.837.958,00	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foi arrecadado o valor de aproximadamente **R\$ 0,55**, ou seja, no exercício, foi arrecadado aproximadamente 55,00% das receitas previstas atualizadas, caracterizando-se um *deficit* de arrecadação no valor de **R\$ 5.535.446.690,65**.

**b) Quociente de Execução da Despesa: Despesa Empenhada/Dotação Atualizada**

Despesa Empenhada	7.322.452.945,60	<b>0,58</b>
Dotação Atualizada	12.532.014.486,79	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** da dotação atualizada, foi executado a quantia de aproximadamente **R\$ 0,58**, ou seja, no período, foi empenhado aproximadamente 58,00% da dotação atualizada, perfazendo uma economia orçamentária no valor de **R\$ 5.209.561.541,19**.

**c) Quociente de Equilíbrio Orçamentário: Despesa Autorizada/Receita Prevista**

Dotação Atualizada	12.532.014.486,79	<b>1,02</b>
Receita Prevista Atualizada	12.273.837.958,00	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de receita prevista atualizada, foram dispendidos para utilização dos recursos a quantia de aproximadamente **R\$ 1,02**, demonstrando equilíbrio orçamentário. Verifica-se, no entanto, diferença entre a Dotação Atualizada e a Receita Prevista Atualizada, decorrente dos créditos adicionais abertos.

**d) Quociente do Resultado Orçamentário: Receita Arrecadada/Despesa Empenhada**

Receita Arrecadada	6.738.391.267,35	<b>0,92</b>
Despesa Empenhada	7.322.452.945,60	



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,92** de receita arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário** da ordem de **R\$ (584.061.678,25)**.

**e) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária:** Receita Orçamentária/Despesa Orçamentária Paga

Receita Orçamentária	6.738.391.267,35	<b>1,21</b>
Despesa Orçamentária Paga	5.567.594.174,03	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de despesa orçamentária paga, existe a quantia de **R\$ 1,21** de receita orçamentária para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit financeiro** da ordem de **R\$ 1.170.797.093,32**.

**f) Quociente da Execução Orçamentária Corrente:** Receita Corrente/Despesa Corrente

Receita Corrente	6.592.421.143,45	<b>1,02</b>
Despesa Corrente	6.445.021.981,82	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa Corrente Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 1,02** de Receita Corrente Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **superavit orçamentário corrente** da ordem de **R\$ 147.399.161,63**.

**g) Quociente da Execução Orçamentária de Capital:** Receita de Capital/Despesa de Capital

Receita de Capital	145.970.123,90	<b>0,17</b>
Despesa de Capital	877.430.963,78	

Este quociente demonstra que para cada **R\$ 1,00** de Despesa de Capital Empenhada, existe a quantia de aproximadamente **R\$ 0,17** de Receita de Capital Arrecadada para saldar as obrigações, gerando, no exercício, um **deficit orçamentário de capital** da ordem de **R\$ 731.460.839,88**.

### 2.2.2 REGULARIDADE FISCAL DO ESTADO

A regularidade fiscal do Estado, em sentido lato, perante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional - CAUC/STN, é condição essencial para o Estado celebrar convênios, firmar contratos e receber repasses da



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

União e de Organismos Internacionais de fomento. Neste sentido, o Governo de Sergipe publicou, em 24 de fevereiro de 2010, o Decreto nº. 26.905, que estabelece os procedimentos a serem adotados pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual para manter a respectiva regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa.

Ao longo dos meses de abril, maio e junho deste ano, o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal do Estado de Sergipe – NARF/SETC/SE, localizado na Secretaria de Estado da Transparência e Controle, monitorou todos os CNPJs relacionados ao Estado de Sergipe. Para alcançar tal objetivo, os instrumentos utilizados para acompanhar a regularidade fiscal do Estado, em sentido amplo, foram os Relatórios de Situação Fiscal, emitidos pela RFB/MF e os Relatórios advindos do CAUC/STN/MF, dentre outros.

Importa assinalar que, neste momento, vem requerendo atenção do NARF/SETC o número de convênios em situação de análise, segundo revelam os dados do i-Gesp. Neste sentido, eis abaixo a representação gráfica da situação dos respectivos convênios por Órgão, com a respectiva evolução no segundo trimestre de 2022:

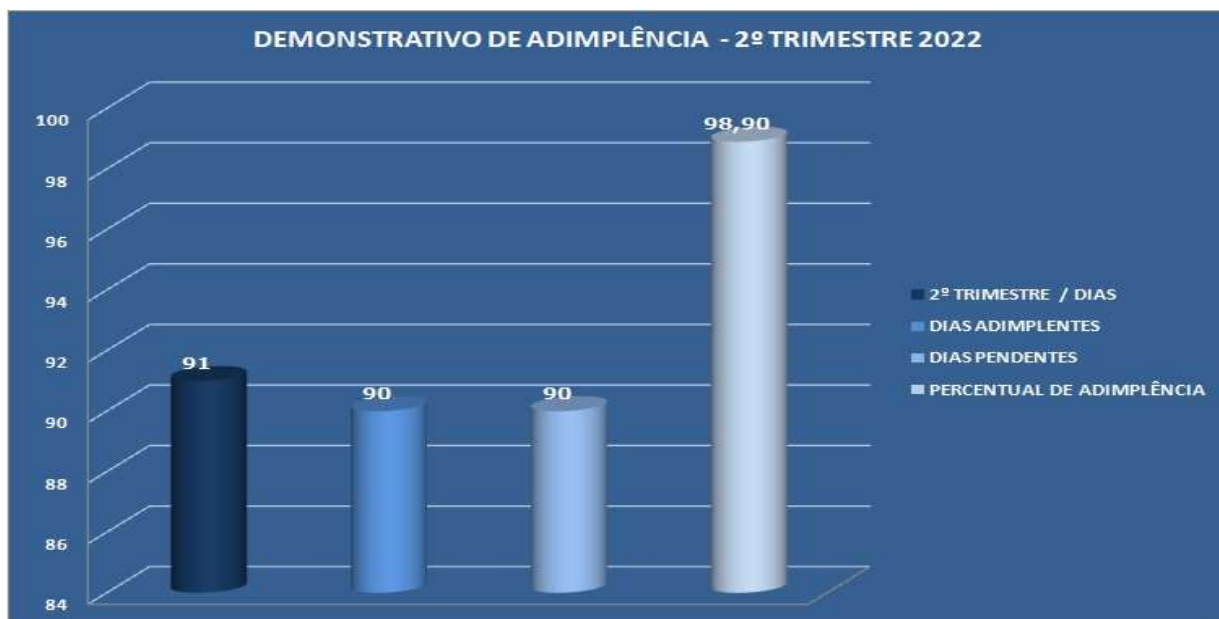


Fonte: I-Gesp

**Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022**

Por sua vez, em relação ao acompanhamento diário dos relatórios extraídos do CAUC/STN, torna-se possível observar a regularidade fiscal da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como a dos Poderes Judiciário, Legislativo e do TCE, e ainda dos Órgãos essenciais à Justiça: Ministério Público do Estado - MPE e da Defensoria Pública do Estado - DPE/SE.

Para constatar o acompanhamento dessas pendências, força se faz observar o comportamento dos Órgãos e das Entidades no segundo trimestre deste ano, conforme retratam a representação gráfica e o quadro demonstrativo abaixo:





## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

DEMONSTRATIVO DA REGULARIDADE ESTADUAL NO 2º TRIMESTRE - 2022			
ABRIL			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		CODISE	30
		CEHOP	
		DRE	
		EMGETIS	
		FAPITEC	
		IPES	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL		CEHOP	
		DER	
		EMGETIS	
2.1.1 – SIAFI SUBSISTEMA TRANSFERÊNCIAS		CEHOP	
		DER	
		EMGETIS	
2.1.2 – PLATAFORMA + BRASIL		EMDAGRO	
3.1.1 - PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		EMDAGRO	
3.2.3 - ENCAMINHAMENTO DO ANEXO 8 DO RREO AO SIOPE	SEDUC		
GFIP AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	FEAS, ALESE, TJ, TCE, SEIAS, DPE e PGE		
DIVERGENCIA DE GFIP - RELATORIO DE SITUAÇÃO FISCAL	ALESE		
MAIO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		CODISE	30
		CEHOP	
		EMGETIS	
		FAPITEC	
		IPES	
	1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL	SEJUC	
		DER	
		DESO	
		EMGETIS	
	IPES PREVIDENCIA		
2.1.2 – PLATAFORMA + BRASIL		EMDAGRO	
DCTF AUSÊNCIA DECLARAÇÃO - RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL	SEAD, SEAGRI, SEJUC		
DIVERGENCIA DE GFIP - RELATORIO DE SITUAÇÃO FISCAL	ALESE, SEIAS		
GFIP AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	SES, TJ, ALESE, SEIAS, DPE, TCE		
JUNHO			
DESCRIÇÃO PENDÊNCIAS	ORGÃOS		DIAS PENDENTES
	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	
1.1 – REGULARIDADE QUANTO A TRIBUTOS, A CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.		AGRESE, CEHOP, CODISE, COHIDRO, DETRAN, EMGETIS, FHS, FUNCAP, IPES, RENASCER e SERGIPE PREVIDÊNCIA	30
1.3 - REGULARIDADE CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS		FHS	
1.5 - REGULARIDADE PERANTE O PODER PÚBLICO FEDERAL	SEJUC	CEHOP	
		DER	
		EMGETIS	
		FHS	
DCTF - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO – RELATÓRIO DE SITUAÇÃO FISCAL - RFB	SEAD		
	SEJUC		
	SEAD		
TOTAL			90





## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

Nesse contexto, saliente-se que o Núcleo de Acompanhamento da Regularidade Fiscal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle - NARF/SETC criou o **Índice de aferição da Regularidade** dos Órgãos da **Administração Direta e das Entidades que compõem a Indireta**, cujo objetivo visa demonstrar, diariamente, em tempo real, a quantidade de dias em que determinado Órgão ou definida Entidade permaneceu em situação de irregularidade.

A utilização dessa metodologia permite atribuir a esses Órgãos ou a tais Entidades um percentual relacionado aos dias que compuseram os meses de abril, maio e junho de 2022.

Para melhor ilustrar a aplicação desse método, eis, na sequência, o **Índice de Regularidade** do segundo trimestre de 2022, com os respectivos números acumulados nos meses anteriores.

### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						30/6/2022
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2022						31/12/2021
Nº ORDEM	ÓRGÃOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	Nº / DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	CBM	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE	181	181		100,00
2	HPM	HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE		181		100,00
3	SETC	SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE		181		100,00
4	DPE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE		146	35	80,66
5	MP/SE	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00
6	PGE	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO		155	26	85,64
7	PM / SE	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00
8	SEAGRI	SECRETARIA DE EST. DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL		137	44	75,69
9	SECOM	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL		181		100,00
10	SEDETEC	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		181		100,00
11	SEDUC	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, DO ESPORTE E DA CULTURA		131	50	72,38
12	SEFAZ	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA		156	25	86,19
13	SEGG	SECRETARIA DE ESTADO GERAL DE GOVERNO		181		100,00
14	SEIAS	SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO		151	30	83,43
15	SEDURBS	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE		181		100,00
16	SEJUC	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA AO CONSUMIDOR		129	52	71,27
17	SEAD	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO		137	44	75,69
18	SES	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		109	72	60,22
19	SETUR	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO		181		100,00
20	SSP	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA		181		100,00
21	VG	VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO		181		100,00
22	ALESE	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA		48	133	26,52
23	TCE	TRIBUNAL DE CONTAS		141	40	77,90
24	TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA		141	40	77,90





## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

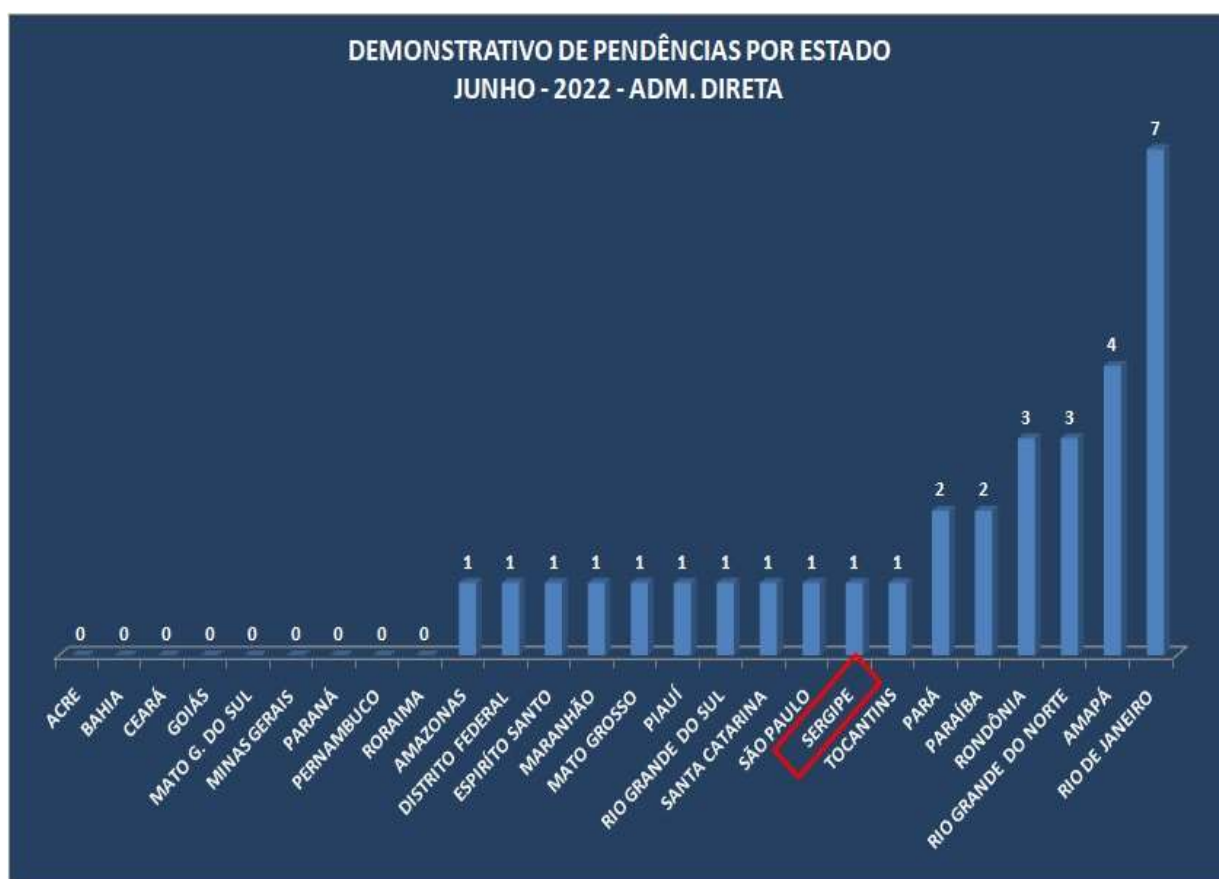
GOVERNO DE SERGIPE						Referência
SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE - SETC						30/6/2022
ÍNDICE ANUAL DE REGULARIDADE - 2022						31/12/2021
Nº ORDEM	SIGLA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	Nº DIAS	Nº DIAS REGULARES	Nº DIAS IRREGULARES	% ÍNDICE REGULARIDADE
1	ADEMA	ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE	181	181		100,00
	AGRESE	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SERGIPE		167	14	92,27
2	BANESE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.		146	35	80,66
3	CEHOP	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS		64	117	35,36
4	CODISE	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE		49	132	27,07
5	COHIDRO	COMPANHIA DE DESENV. DE RECURSOS HÍDRICOS DE SERGIPE		177	4	97,79
6	DEPEC	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL		181		100,00
7	DER	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE SERGIPE		46	135	25,41
8	DESO	CIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE S.A.		172	9	95,03
9	DETRAN	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		159	22	87,85
10	EMDAGRO	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE		46	135	25,41
11	EMGETIS	EMPRESA SERGIPANA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		19	162	10,50
12	EMSETUR	EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO		181		100,00
13	FAPITEC/SE	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A INOVAÇÃO TECNOLÓGICO/SE		81	100	44,75
14	FHS	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE		172	9	95,03
15	FSPH	FUNDAÇÃO DE SAÚDE PARREIRAS HORTA		181		100,00
16	FUNCAP	FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÉ DE SERGIPE		167	14	92,27
17	FUNESA	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE		181		100,00
18	HEMOLACEN	INSTITUTO DE HEMOTERAPIA E DE ATIVIDADES DE LABORATÓRIO CENTRAL		61	9	33,70
19	IPESAÚDE	INSTITUTO DE PROM E DE ASSIST A SAÚDE DE SERV DO ESTADO DE SERGIPE		36	145	19,89
20	IPES PREVIDENCIA	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00
21	ITPS	INSTITUTO TECNOLÓGICO E DE PESQUISAS DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00
22	JUCESE	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00
23	PRONESE	EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SERGIPE		152	29	83,98
24	RENASCE	FUNDAÇÃO RENASCE DO ESTADO DE SERGIPE		159	22	87,85
25	SEGRASE	SERVIÇOS GRÁFICOS SERGIPE		181		100,00
26	SERGÁS	SERGIPE ENERGIAS RENOVÁVEIS E GÁS S.A.		181		100,00
27	SERGIPE PREVIDENCIA	INST DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. DO ESTADO DE SERGIPE		181		100,00



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

Registre-se que, no segundo trimestre de 2022, os maiores registros de inadimplência observados, no âmbito do Poder Executivo, especificamente na Administração Direta, verificaram-se na SEDUC (50), SEJUC (52), e SES (72). Ao passo que, no Poder Legislativo, a ALESE pontuou por 133 vezes. Por outra banda, na Administração Indireta, essa ocorrência se verificou nas seguintes Entidades: CEHOP (117), CODISE (132), DER/SE (135), EMDAGRO (135), EMGETIS (162), FAPITEC (100), e IPESAÚDE (145), conforme restou demonstrado anteriormente no quadro acima exposto.

Na sequência, a representação gráfica apresenta o demonstrativo da regularidade fiscal na qual se revela a destacada situação do Estado de Sergipe no cenário nacional.



Fonte: CAUC/STN

Ao olhar atentamente esse gráfico, observa-se a regularidade dos demais Estados do Brasil e, logo se percebe que o NARF/SETC se desdobrou em várias frentes de atuação, tanto interna como externamente, para que o Estado de Sergipe pudesse ostentar destacada posição. Nesse cenário, o trabalho realizado pelo NARF/SETC/SE se fez notar por meio dos insistentes e



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

oportunos contatos estabelecidos com os Órgãos Estatais, outros Poderes constituídos, e, principalmente, com os técnicos da Receita Federal do Brasil - RFB.

Por oportuno, ressalte-se que o Estado de Sergipe se encontra, no momento, amparado por medidas liminares, inclusive a relacionada ao Convênio Federal nº. 777.189/2012, envolvendo a Fundação Palmares/MEC.

À luz do quadro acima apresentado, nota-se que o Núcleo de Regularidade Fiscal - NARF/SETC/SE continuou realizando ativamente o trabalho de acompanhamento e monitoramento diário da regularidade dos Órgãos e das Entidades do Estado de Sergipe, além de promover ações preventivas com o objetivo de manter a Regularidade Estadual, evitando, dessa forma, que o Estado de Sergipe ficasse impedido de receber os recursos que são essencialmente necessários, e imprescindíveis, para manutenção e ampliação das políticas públicas, bem como se tornasse apto a celebrar convênios, receber recursos oriundos da União, a exemplo das transferências voluntárias, firmar contratos e outros instrumentos congêneres.

Na prática, o trabalho do NARF/SETC ganha relevo do ponto de vista interno e externamente: primeiramente, no seio da Administração Estadual, quando se obtém a renovação da Certidão Negativa de Débitos - CND e, ainda, no exato momento em que determinado Órgão ou certa Entidade pretende celebrar convênios, firmar contratos, ou ainda quando o Estado está prestes a receber repasses da União; o segundo, no plano externo, é possível ser visto pelas realizações de obras e prestações de serviços prestados pelo Governo à população sergipana, pois graças à regularidade fiscal os recursos podem ser obtidos e os serviços contratados pelo Governo do Estado de Sergipe.

### 2.3 AÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL

A Auditoria Governamental é a atividade de controle interno que tem por finalidade avaliar os controles internos administrativos dos Órgãos e das Entidades jurisdicionados, examinar a legalidade, legitimidade e avaliar os resultados da gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da aplicação de recursos públicos por pessoas físicas e jurídicas.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realizou, no segundo trimestre de 2022, diversas ações de auditoria com o objetivo de cumprir a sua missão institucional, cujos resultados estão sintetizados a seguir:



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

### 2.3.1 AUDITORIAS DE CONTAS ANUAIS

Em atendimento às normas e procedimentos de Controle Interno, aplicáveis aos Órgãos e às Entidades do Poder Executivo Estadual, dispostas na Lei Estadual nº. 3.630, de 26 de junho de 1995, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle recebeu e analisou, emitindo-se os respectivos Relatórios Técnicos, Certificados de Auditoria e Parecer do Dirigente do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, até junho de 2022, o total de 67 Prestações de Contas Anuais – PCAs, relativas ao exercício financeiro de 2021, das Unidades Gestoras do Estado de Sergipe, incluindo-se a PCA consolidada do Governo do Estado. Este número representa 100% dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta Estadual, os quais estão obrigados a apresentar as contas anuais ao Tribunal do Estado de Sergipe – TCE/SE.

As Prestações de Contas Anuais recebidas e analisadas pela SETC se encontram relacionadas na tabela abaixo:



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

SETC- PCA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA/INDIRETA – 2021						
PROTOCOLO DE SAÍDA		PROTOCOLO DE ENTRADA		ADMD	ADMI	CÓDIGO UG
RELATÓRIO	CONCLUSÃO	Nº	DATA			
01/2022/SETC	09/03/2022	32/2022-PREST-CONTAS-SETC	03/03/2022	SETC		36101
02/2022/SETC	10/03/2022	13/2022-PREST-CONTAS-SEDETEC	24/02/2022	FAI		19401
03/2022/SETC	11/03/2022	14/2022-PREST-CONTAS-SEDETEC	24/02/2022	FUNTEC		19402
04/2022/SETC	14/03/2022	8/2022-PREST-CONTAS-VGE	24/02/2022	VGE		12101
05/2022/SETC	16/03/2022	110/2022-PREST-CONTAS-SERGIPEPREVIDÊNCIA	23/02/2022		SERGIPE PREVIDÊNCIA	37201
06/2022/SETC	16/03/2022	2/2022-PREST-CONTAS-HPM	25/02/2022	HPM		22102
07/2022/SETC	23/03/2022	145/2022-PREST-CONTAS-ITPS	03/03/2022		ITPS	19202
08/2022/SETC	24/03/2022	453/2022-PREST-CONTAS-SEJUC	02/03/2022	FUNPEN		21401
09/2022/SETC	24/03/2022	442/2022-PREST-CONTAS-SEJUC	02/03/2022	FUNDECON		21402
10/2022/SETC	24/03/2022	441/2022-PREST-CONTAS-SEJUC	02/03/2022	FT		24405
11/2022/SETC	25/03/2022	1080/2022-PREST-CONTAS-IPESAÚDE	03/03/2022		IPESAÚDE	15204
12/2022/SETC	25/03/2022	164/2022-PREST-CONTAS-SEAGRI	03/03/2022	SEAGRI		17101
13/2022/SETC	28/03/2022	9/2022-PREST-CONTAS-PRONESE	03/03/2022		PRONESE	14301
14/2022/SETC	28/03/2022	282/2022-PREST-CONTAS-SSP	25/02/2022	SSP		22101
15/2022/SETC	28/03/2022	684/2022-PREST-CONTAS-SEAD	03/03/2022	FDES		14403
16/2022/SETC	28/03/2022	675/2022-PREST-CONTAS-SEAD	03/03/2022	FDRH		15401
17/2022/SETC	29/03/2022	396/2022-PREST-CONTAS-FUNESA	02/03/2022		FUNESA	-
18/2022/SETC	29/03/2022	13/2022-PREST-CONTAS-JUCESE	03/03/2022		JUCESE	19201
19/2022/SETC	30/03/2022	455/2022-PREST-CONTAS-SEJUC	02/03/2022	SEJUC		21101
20/2022/SETC	30/03/2022	524/2022-PREST-CONTAS-DETRAN	03/03/2022		DETRAN	22201
21/2022/SETC	30/03/2022	683/2022-PREST-CONTAS-SEAD	03/03/2022	SEAD		15104
22/2022/SETC	30/03/2022	15/2022-PREST-CONTAS-SEDETEC	24/02/2022	SEDETEC		19105
23/2022/SETC	31/03/2022	127/2022-PREST-CONTAS-SERGIPEPREVIDÊNCIA	28/02/2022		FINANPREV	37401
24/2022/SETC	01/04/2022	97/2022-PREST-CONTAS-PM	04/03/2022	PM-SE		25101
25/2022/SETC	06/04/2022	101/2022-PREST-CONTAS-SEDURBS	24/02/2022	SEDURBS		26106
26/2022/SETC	07/04/2022	100/2022-PREST-CONTAS-SEDURBS	24/02/2022	FUNDEMA		32401
27/2022/SETC	07/04/2022	102/2022-PREST-CONTAS-SEDURBS	24/02/2022	FERH		32402
28/2022/SETC	07/04/2022	103/2022-PREST-CONTAS-SEDURBS	24/02/2022	FEHIS		14401
29/2022/SETC	07/04/2022	104/2022-PREST-CONTAS-SEDURBS	24/02/2022	DEPEC		24101
30/2022/SETC	13/04/2022	118/2022-PREST-CONTAS-FUNCAP	03/03/2022		FUNCAP	18201
31/2022/SETC	18/04/2022	21/2022-PREST-CONTAS-DPE	24/02/2022	DPE		28101
32/2022/SETC	18/04/2022	22/2022-PREST-CONTAS-DPE	24/02/2022	FUNDEPES		28401
33/2022/SETC	18/04/2022	458/2022-PREST-CONTAS-SEGG	03/03/2022	SEGG		36101
34/2022/SETC	18/04/2022	727/2022-PREST-CONTAS-SEFAZ	02/03/2022	SEFAZ		16101
35/2022/SETC	19/04/2022	677/2022-PREST-CONTAS-SEFAZ	02/03/2022	FUNDAVAL		16403
36/2022/SETC	19/04/2022	286/2022-PREST-CONTAS-SSP	02/03/2022	FUNESP		22401
37/2022/SETC	19/04/2022	119/2022-PREST-CONTAS-FUNCAP	03/03/2022		FUNCART	27401
38/2022/SETC	20/04/2022	288/2022-PREST-CONTAS-PGE	02/03/2022	PGE		10101
39/2022/SETC	20/04/2022	39/2022-PREST-CONTAS-AGRESE	03/03/2022		AGRESE	13201
40/2022/SETC	20/04/2022	10/2022-PREST-CONTAS-SETUR	25/02/2022	SETUR		33101
41/2022/SETC	20/04/2022	89/2022-PREST-CONTAS-RENASCER	24/02/2022		RENASCER	24202
42/2022/SETC	20/04/2022	97/2022-PREST-CONTAS-PM	04/03/2022	PM-SE		25101
43/2022/SETC	22/04/2022	365/2022-PREST-CONTAS-FSPH	03/03/2022		FSPH	-
44/2022/SETC	25/04/2022	228/2022-PREST-CONTAS-SEIAS	02/03/2022	FUNDEPROI		24402
45/2022/SETC	25/04/2022	19/2022-PREST-CONTAS-ADEMA	25/02/2022		ADEMA	32201
46/2022/SETC	25/04/2022	28/2022-PREST-CONTAS-SEGRASE	03/03/2022		SEGRASE	-
47/2022/SETC	25/04/2022	679/2022-PREST-CONTAS-SEFAZ	02/03/2022	FINATE		16402
48/2022/SETC	25/04/2022	230/2022-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2022	FUNDECRIA		24401
49/2022/SETC	26/04/2022	4648/2022-PREST-CONTAS-SEDUC	24/02/2022	SEDUC		18101
50/2022/SETC	26/04/2022	231/2022-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2022	FEAS		24403
51/2022/SETC	27/04/2022	234/2022-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2022	FUNCEP		24404
52/2022/SETC	28/04/2022	223/2022-PREST-CONTAS-DER/SE	04/03/2022		DER	26203
53/2022/SETC	28/04/2022	237/2022-PREST-CONTAS-SEIAS	03/03/2022	SEIAS		24113
54/2022/SETC	28/04/2022	115/2022-PREST-CONTAS-FHS	03/03/2022		FHS	-
55/2022/SETC	28/04/2022	58/2022-PREST-CONTAS-FAPITEC/SE	03/03/2022		FAPITEC	19203
56/2022/SETC	29/04/2022	4287/2022-PREST-CONTAS-SES	03/03/2022	SES		20401
57/2022/SETC	03/05/2022	2/2022-PREST-CONTAS-BANESE	03/03/2022		BANESE	-
58/2022/SETC	12/05/2022	113/2022-PREST-CONTAS-EMGETIS	08/03/2022		EMGETIS	13301
59/2022/SETC	18/05/2022	1/2022-PREST-CONTAS-SERGAS	03/03/2022		SERGAS	-
60/2022/SETC	18/05/2022	358/2022-PREST-CONTAS-COHIDRO	03/03/2022		COHIDRO	17302
61/2022/SETC	19/05/2022	2413/2022-PREST-CONTAS-DESO	24/02/2022		DESO	-
62/2022/SETC	19/05/2022	103/2022-PREST-CONTAS-CEHOP	23/02/2022		CEHOP	26301
63/2022/SETC	19/05/2022	74/2022-PREST-CONTAS-CODISE	03/03/2022		CODISE	19301
64/2022/SETC	20/05/2022	9/2022-PREST-CONTAS-ZPE/SE	03/03/2022		ZPE/SE	-
65/2022/SETC	23/05/2022	17/2022-PREST-CONTAS-EMDAGRO	16/03/2022		EMDAGRO	17301
66/2022/SETC	25/05/2022	19/2022-PREST-CONTAS-EMSETUR	03/03/2022		EMSETUR	19302
67/2022/SETC	30/05/2022	1110/2022-PREST-CONTAS-SEFAZ	01/04/2022	GOVERNO		-





## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

### 2.3.2 AUDITORIAS ESPECIAIS

A Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC realiza auditorias com a finalidade de avaliar os procedimentos e mecanismos de controle adotados por instituições públicas do Estado; certificar a respectiva regularidade, por meio de exames de documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos e verificar a eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil, com objetivo de auxiliar os gestores na sua atuação administrativa de gerência e otimização dos resultados obtidos, por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos, aperfeiçoar controles e aumentar a responsabilidade gerencial, promovendo o compromisso de realizar a prestação de contas transparente, sobretudo, em decorrência da responsabilidade recebida, por sua atuação pública, pela sociedade (accountability).

No segundo trimestre de 2022, não ocorreram auditorias especiais.

### 2.3.3 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

A Tomada de Contas Especial é um processo, com rito próprio, em que se analisa, inicialmente, a regularidade na guarda do patrimônio público e aplicação deste, posteriormente, caso verificada a existência de danos ao erário, registrada a data de ocorrência do fato e a identificação dos responsáveis, assegurando ao processo, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Além das auditorias realizadas, a Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC, em conjunto com a Procuradoria-Geral do Estado - PGE, Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social – SEIAS, Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e da Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe - FUNCAP, participa da TCE – Tomada de Contas Especial para apurar responsabilidades por possível ocorrência de dano à administração pública e a obtenção do respectivo ressarcimento, constantes da relação a seguir:

#### **TOMADA DE CONTA ESPECIAL - EM ANDAMENTO:**

1. Tomada de Contas Especial, Convênio SICONV nº 77189/2012 firmado entre a Fundação Cultural Palmares e a então Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania - SEDHUC, Portaria Conjunta SEIAS/SETC/PGE nº 14/2020 de 17/12/2020, publicada no DOE nº 28.571 no dia 21/12/2020.

Representante da SETC – Rita de Cácia Souza Melo.



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

2. Tomada de Contas Especial, Projeto Dom Távora, Associação Comunitária de Agricultores e Trabalhadores Rurais do Povoado Saco de Areia e Adjacências, Associação Comunitária Agrícola do Povoado Guedes, Associação Comunitária dos Produtores Miguel Cardoso, Associação Comunitária do Povoado Arranhento, Portaria Conjunta Nº 19/2021/SETC/PGE/SEAGRI, publicada no DOE nº 28.715 em 23 de julho de 2021.

Representante da SETC – Hélio Sabino José Ribeiro Chaves.

## 2.4 TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

### 2.4.1 TRANSPARÊNCIA ATIVA

Com o objetivo de ampliar cada vez mais a Transparência Ativa da Gestão Governamental, o Governo de Sergipe promove, continuamente, a inserção de novos conteúdos de informações dos atos e fatos da Administração Estadual, disponibilizados no **Portal da Transparência de Sergipe**, no endereço eletrônico: [www.transparencia.se.gov.br](http://www.transparencia.se.gov.br), em cumprimento as determinações legais, em especial à Lei Complementar Federal nº.131, de 27 de maio de 2009.



## 2.4.2 TRANSPARÊNCIA PASSIVA

Com o advento da Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº. 12.527/2011, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a SETC/SE vem acompanhando, diariamente, o atendimento dos pedidos de informações apresentados aos Órgãos e às Entidades da Administração Estadual, por meio do Serviço Eletrônico de Atendimento ao Cidadão (e-Sic), com o objetivo de proteger a gestão estadual e, por outro lado, assegurar a prevalência do interesse público, garantindo o livre acesso às informações demandadas pela sociedade.



## 2.5 OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

### 2.5.1 APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria-Geral do Estado - OGE, órgão da Estrutura Administrativa do Estado de Sergipe, criada pela Lei nº 8.496, de 28 de dezembro de 2018, subordinada diretamente ao Secretário de Estado da Transparência e Controle, e ao Governador do Estado, tem por finalidade, com vistas à promoção do exercício da cidadania, receber, encaminhar e acompanhar manifestações, sugestões, reclamações e denúncias dos cidadãos relativas à prestação de serviços públicos em geral, em obediência ao Decreto Governamental Nº 40.370 de 30 de abril de 2019, e



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

pedidos de Acesso à Informação, na forma da Lei (Federal) nº 12.527/2011 e demais normas regulamentares, assim como recomendar ações e medidas administrativas e legais contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, empregos e funções do Poder Executivo Estadual, sem prejuízo das competências específicas de outros órgãos integrantes da Administração.

O Relatório Estatístico de Atendimentos da OGE, Órgão gerenciador da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, é um importante instrumento para o acompanhamento das ações e serviços prestados pelo Governo do Estado de Sergipe.

Todas as informações contidas neste relatório são oriundas das manifestações apresentadas às ouvidorias setoriais dos órgãos/entidades que compõem a referida Rede. O relatório tem como base de referência a análise estatística das manifestações registradas através do Sistema SE-OUV.

Atualmente a Rede de Ouvidorias é composta por 45 unidades de ouvidorias setoriais, que representam 100% dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

Este relatório, portanto, sintetiza a almejada transparência da Administração Pública, oferecendo informações estratégicas para os gestores e dados objetivos para o controle social e o incentivo à participação popular, favorecendo a prática de uma gestão democrática, na medida em que dá significado e valor a cada manifestação registrada, tomada como contribuição para a melhoria de adoção de políticas públicas e qualificação da prestação de serviços.

### 2.5.2 ATIVIDADES DESEMPENHADAS

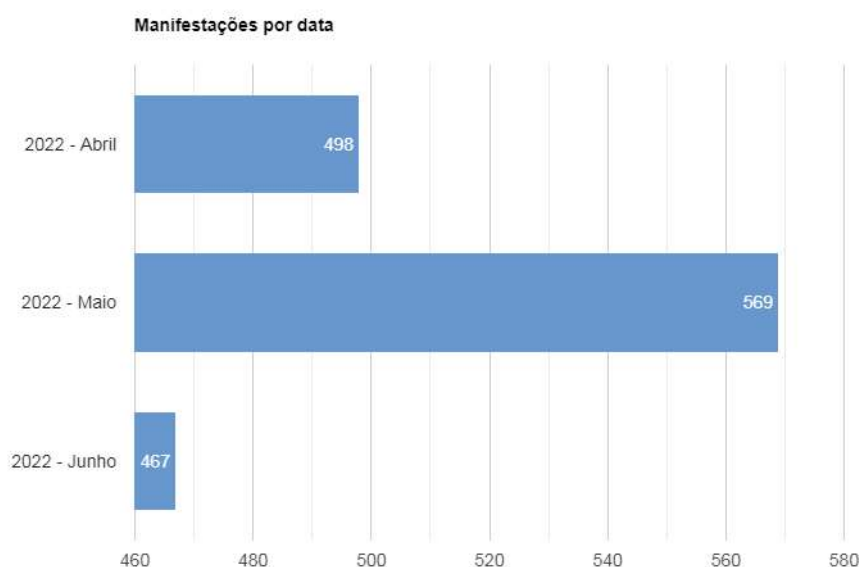
O presente relatório apresenta gráficos relacionados aos atendimentos realizados pela Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual, que utilizam o Sistema SE-OUV como ferramenta de comunicação oficial para o recebimento das manifestações de ouvidoria e dos pedidos de Acesso à Informação/LAI, demandados pelos cidadãos/usuários.



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

### Gráfico 1 – Manifestações por mês

O **gráfico 1** apresenta o número de manifestações por mês. Entre os dias 01 de abril a 30 de junho do corrente, os cidadãos/usuários registraram **1.534 manifestações** junto ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual (SE-OUV). No mês de abril foram realizados **498** registros, em maio **569**, e em junho **467** manifestações.



**Fonte:** Sistema SE-OUV

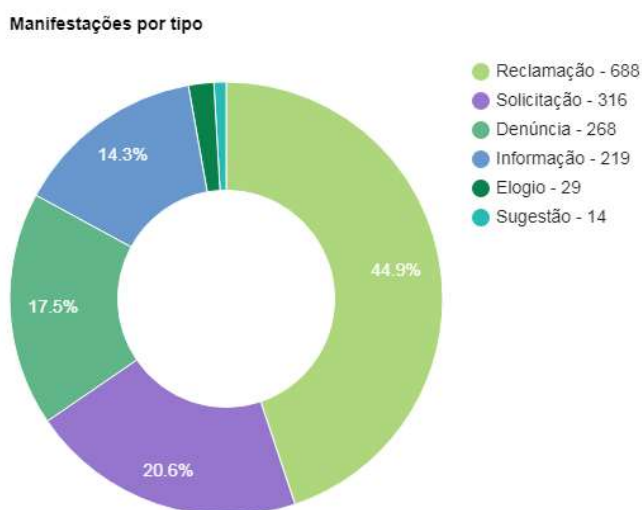


## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

**Gráfico 2 – Por Tipo de Manifestação**

Conforme o **gráfico 2**, a tipologia que apresentou o maior número de manifestações entre 01 de abril a 30 de junho foram as reclamações com **688** registros, representando (44.9%) das demandas.

Com relação as outras tipologias, foram realizadas **316** solicitações que representaram (20.6%), **268** denúncias (17.5%), **219** pedidos de Acesso à Informação/LAI (14.3%), **29** elogios (1.9%) e sugestões foram **14** representando (0.9%) das manifestações.





## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

**Gráfico 3 – Por Situação da Manifestação**

Com relação aos atendimentos das manifestações, o **gráfico 3** aponta que os cidadãos/usuários realizaram **1.534** manifestações, dessas, **1.258** apresentam o status de *Atendidas*, representando (82.3%) de resolutividade nos atendimentos, **47** estão com status *Sem Resposta* (3.1%), **178** dessas manifestações encontram-se com status *Em Trâmite* (11.6%) e **45** ainda não foram visualizadas (2.9%).





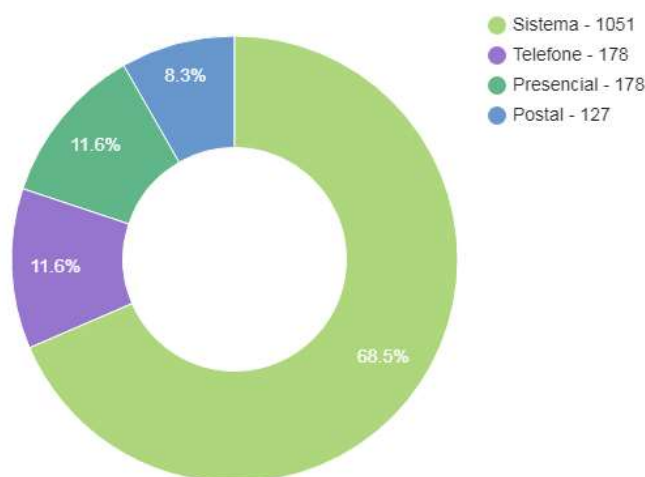


## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

### Gráfico 4 – Por Canal de Atendimento

Conforme se apresenta no **gráfico 4**, o canal de atendimento mais utilizado pelos cidadãos/usuários foi a Internet/Sistema. Desses manifestantes, **1.051** realizaram cadastro no sistema SE-OUV para envio de suas manifestações, representando (68.5%) dos atendimentos de ouvidoria. **178** cidadãos realizaram suas manifestações através do telefone, o que representa (11.6%) dos atendimentos. **178** atendimentos foram realizados presencialmente, representando (11.6%), e **127** atendimentos foram realizados através de meio postal (8.3%).

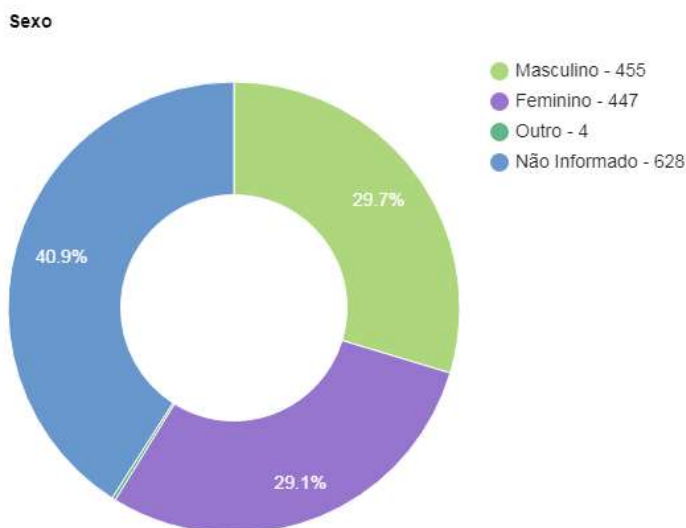
Manifestações por canal de atendimento



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

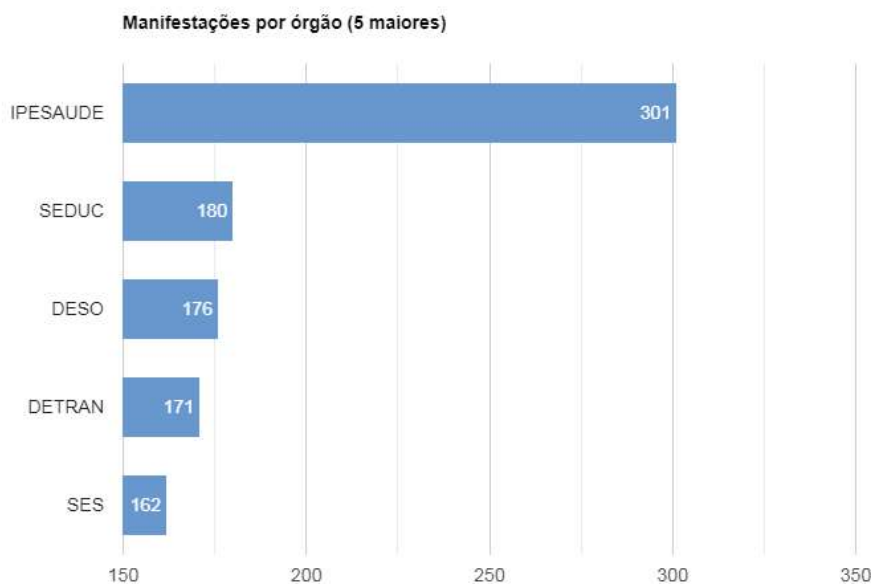
**Gráfico 5 – Por Gênero**

Quanto ao perfil dos manifestantes por gênero, o **gráfico 5** mostra que **455** manifestações foram realizadas por cidadãos/usuários do gênero Masculino, o que representa (29.7%) do público. **447** manifestações foram registradas pelo gênero Feminino, representando (29.1%) das manifestações. **628** manifestações foram realizadas por público Não informado, o que representa (40.9%) dos registros de atendimento, e **4** demandas foram realizadas por pessoa física opção Outro, que equivale a (0.3%) dos registros.



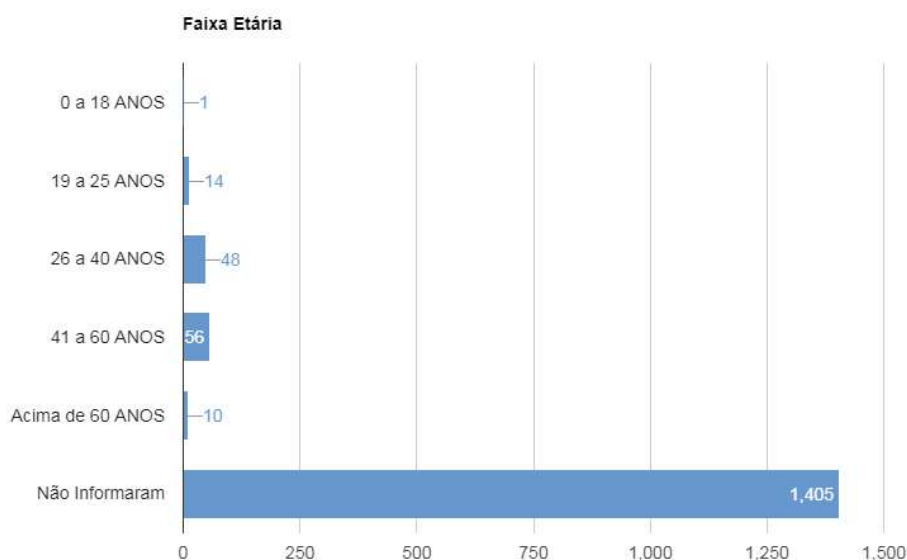
**Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022****Gráfico 6 – Por Órgão/Entidade**

No **gráfico 6**, estão representados os órgãos/entidades que foram mais demandados nos meses de abril a junho deste ano. Os 5 (cinco) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual que mais registraram manifestações foram: O IPESAÚDE com **301** das manifestações, a SEDUC com **180**, a DESO com **176** das manifestações, o DETRAN com **171** dos registros, e a SES com **162** atendimentos.



**Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022****Gráfico 7 – Por Faixa etária**

Quanto à faixa etária dos manifestantes, o **gráfico 7** mostra que **1.508** cidadãos/usuários preferiram não informar a idade. Dos usuários que informaram, **1** tinha idade entre (0 a 18 anos), **14** de (19 a 25 anos), **48** manifestantes tinham de (26 a 40 anos), **56** de (41 a 60 anos) e **10** dos manifestantes estão acima dos (60 anos).

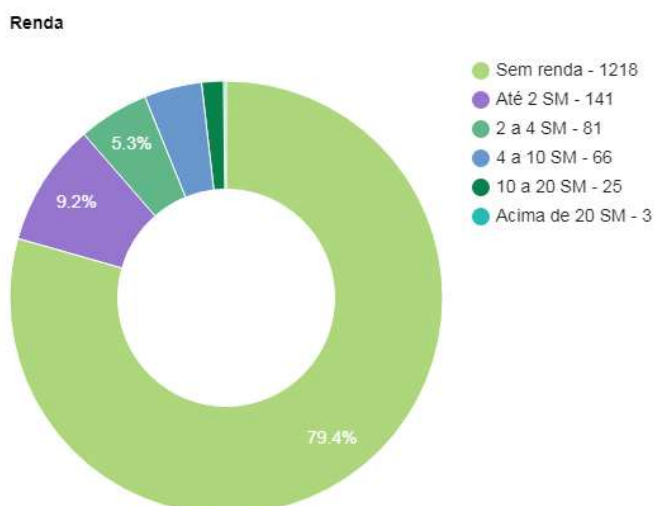




## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

**Gráfico 8 – Por Renda**

Com relação a renda dos manifestantes, o **gráfico 8** mostra que, **1.218** dos usuários declararam não possuir renda, o que equivale a (79.4%) dos manifestantes. **141** informaram receber até dois salários (9.2%), **81** recebem de dois a quatro salários (5.3%), **66** recebem de quatro a dez salários (4.3%), **25** informaram receber de dez a vinte salários (1.6%) e **3** recebem acima de vinte salários-mínimos (0.2%).

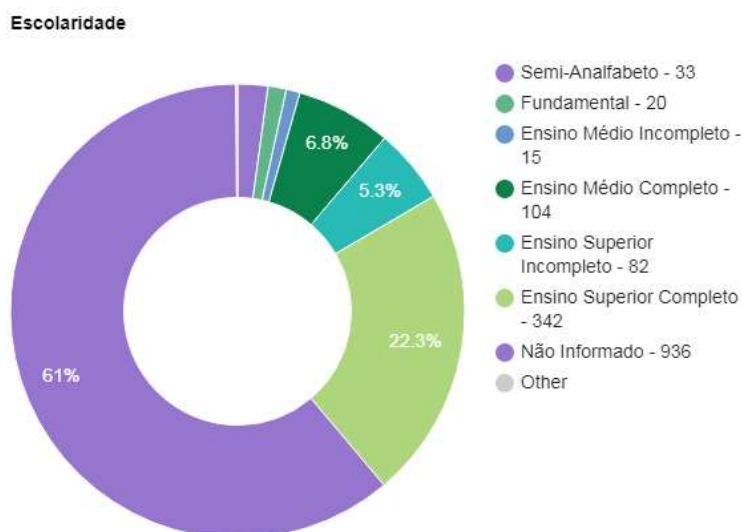




## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

**Gráfico 9 – Por Nível de Escolaridade**

O **gráfico 9** demonstra o nível de escolaridade dos cidadãos/usuários que utilizaram a Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual. **936** dos manifestantes não informaram sua escolaridade, o que representa (61%) dos usuários. Observa-se no gráfico abaixo que o público que informou seu nível de escolaridade, prevalecem os usuários com Ensino Superior Completo com **342** registros (22.3%), com Ensino Superior Incompleto são **82** (5.3%), Ensino Médio Completo foram **104** (6.8%), Ensino Médio Incompleto foram **15** (1%), Ensino Fundamental foram **20** (1.3%) e Semianalfabetos foram **33**, representando (2.2%).



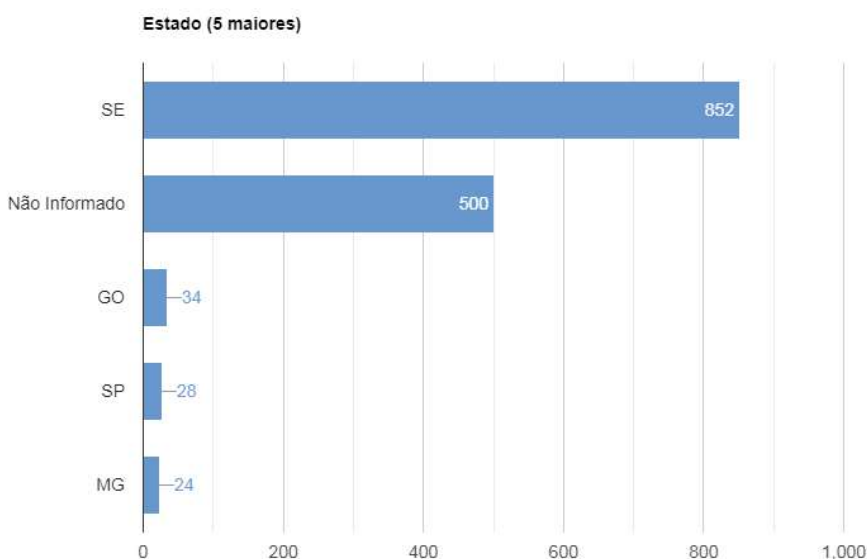




## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

### Gráfico 10 – Por Ente Federativo

O **gráfico 10** apresenta os entes federativos que mais demandaram o Sistema de Ouvidorias do Estado de Sergipe (SE-OUV). **852** dos manifestantes são do Estado de Sergipe, **500** preferiram não informar sua localização, **34** são oriundos do Goiás, **28** são do Estado de São Paulo e **24** do Estado de Minas Gerais.



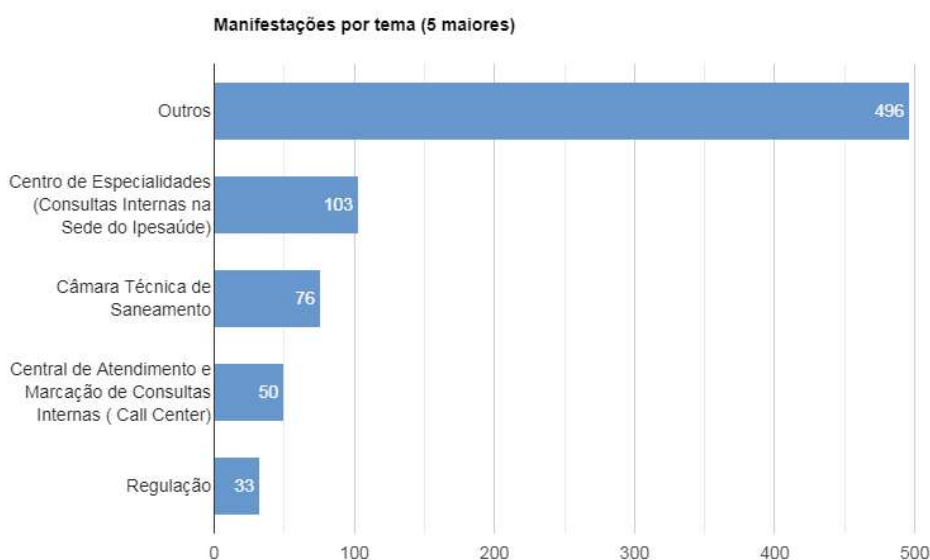


## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

**Gráfico 11 – Por Tema (5 temas mais Demandados)**

O **gráfico 11** revela os temas mais apontados pelos usuários. Observa-se que a opção **Outros** destaca-se com um quantitativo superior aos demais, pois no sistema não existe a obrigatoriedade do preenchimento do ‘Tema’, atendendo orientação do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

A opção Outros aparece com **496** manifestações dos mais variados temas, seguida pelo tema Centro de Especialidades (Consultas internas na sede)/IPESAÚDE com **103** manifestações. Com **76** manifestações aparece o tema Câmara Técnica de Saneamento/DESO, com **50** manifestações aparece o tema Central de Atendimento e Marcação de Consultas Internas (Call Center)/IPESAÚDE, e com **33** demandas aparece o tema Regulação/IPESAÚDE. Vale observar que dos 5 (cinco) temas mais demandados, 3 (três) deles estão relacionados diretamente ao IPESAÚDE.





## 2.6 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

O Poder Executivo Estadual estabeleceu a Secretaria de Estado de Transparência e Controle – SETC como o Órgão Central de Controle Interno. Para tanto, a SETC como órgão central, deve articular o conjunto de funções e atividades de forma integrada, para coordenar, orientar e desempenhar as atribuições de controle interno, formando o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, conforme referendado na Constituição.

Neste sentido, a SETC definiu no seu planejamento estratégico, a seguinte diretriz: “Incrementar o sistema de controle interno do poder executivo estadual, implementando e desenvolvendo as Unidades Setoriais de Controle Interno - USCIs nos Órgãos e Entidades, para desempenhar as atividades e mecanismos de controle interno em cumprimento e determinação constitucional, consolidar o sistema de controle interno, promover o acompanhamento, orientação e avaliação das ações governamentais, melhorar o intercâmbio de informações, a efetividade das políticas públicas, transparência, proteção da gestão e do patrimônio público estadual”.

## 2.7 POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS DO PODER EXECUTIVO

Por meio do Decreto Estadual nº 41.006, de 05 de outubro de 2021, foi instituída a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo, que dispõe sobre o conjunto de diretrizes, projetos, ações e metas estratégicas, para a adequação dos atos de tratamento de dados pessoais realizados no âmbito da administração pública estadual direta e indireta do Poder Executivo Estadual, ressalvadas as entidades de direito privado que atuam em regime concorrencial, em conformidade com a Lei (Federal) nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais –LGPD.

O Decreto Estadual atribuiu o papel de encarregado central da política à Secretaria de Transparência e Controle–SETC, a qual providenciará plataforma tecnológica transversal para a governança dos dados pessoais no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional, de modo que se possa monitorar, de forma permanente e integrada, a conformidade de todos os órgãos e as entidades estaduais à LGPD.



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

Compete, ainda, a SETC, prestar apoio técnico para o desenvolvimento e manutenção do sistema eletrônico do canal de atendimento eletrônico, para a capacitação dos Encarregados Setoriais no uso da ferramenta e para a emissão de relatórios gerenciais e de informações quando solicitado pelo Conselho de Governança da Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais – CGPEPDD.

No mês de junho de 2022, a SETC, buscando adequar-se cada vez mais à LGPD, após um amplo estudo e consulta Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe, realizou a supressão de informações de descontos pessoais de todos os servidores públicos do Estado de Sergipe disponibilizados no Portal da Transparência, por exemplo as informações de descontos de plano de saúde, consignações e previdência privada, garantindo assim a privacidade dos servidores e mantendo todas as obrigações legais de transparência exigida pela legislação.

### 2.8 INSTITUIÇÃO DO “PROGRAMA DE INTEGRIDADE”

Por meio do Decreto Estadual nº 41.008, de 06 de outubro de 2021, regulamenta a Lei nº. 8.866/2021, que instituiu a obrigatoriedade de instituição de “Programa de Integridade” nas Empresas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

O Decreto Estadual nº 41.008/2021 atribuiu à Secretaria de Estado da Transparência e Controle - SETC a competência para avaliar os Programas de Integridade apresentados, bem como regulamentar os procedimentos e diretrizes de avaliação.

Nesse sentido, no dia 06 de janeiro de 2022, a SETC publicou a Portaria nº 001/2022 que dispõe sobre os procedimentos e diretrizes de avaliação quanto à aplicação e efetividade do “Programa de Integridade” das pessoas jurídicas que contratem com a Administração Pública do Estado de Sergipe.

Entre os meses de maio e junho chegaram à SETC **9** (nove) processos para avaliação do programa de integridade. Neste mesmo período, foram exarados **7** (sete) Despachos com pedidos de diligência e **3** (três) Relatórios Preliminares de Avaliação dos Programas de Integridade.

No mês de junho foi confeccionado e disponibilizado na rede mundial de computadores pela SETC um quadro explicativo sobre o conteúdo das perguntas do relatório de conformidade do programa de integridade, com o objetivo de elucidar para os contratantes os documentos necessários para comprovar as declarações emitidas no Relatório de Conformidade, que pode ser acessado no seguinte link:



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

[https://www.se.gov.br/uploads/download/filename\\_novo/3836/e177b72ff4b2400bc285d761672e7f06.pdf](https://www.se.gov.br/uploads/download/filename_novo/3836/e177b72ff4b2400bc285d761672e7f06.pdf).

Também no mês de junho, foi disponibilizado no site da Secretaria de Estado da Transparência e Controle um link com a visão geral do programa de integridade com informações para os demais órgãos e entidades, contratante e qualquer cidadão sobre o Programa de Integridade, seus objetivos, hipóteses de obrigatoriedade e demais dúvidas frequentes que a SETC recebe a respeito do Programa, além de ser disponibilizado documentos como guias orientativos para confecção de Programa de Integridade para as empresas privadas, a página pode ser acessada por meio do seguinte link: [https://www.se.gov.br/setc/setc\\_programa\\_de\\_integridade](https://www.se.gov.br/setc/setc_programa_de_integridade).

### 3. GESTÃO DA SETC

#### 3.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício 2022, a Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 8.963, de 13 de janeiro de 2022, fixou as despesas para Secretaria de Estado da Transparência e Controle, no montante de R\$ 3.270.000,00, assim distribuídos:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

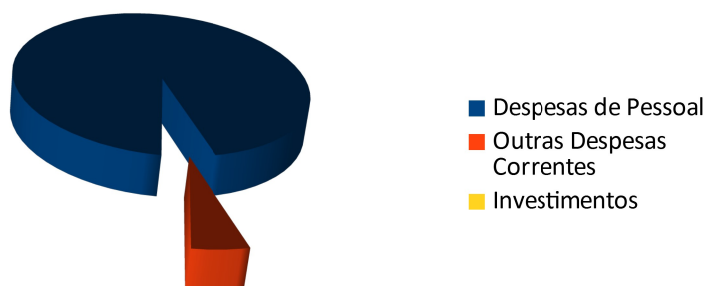
Quanto aos créditos adicionais, no segundo trimestre não houve suplementação de créditos.

Durante o período de 1º de Abril a 30 de Junho de 2022, as despesas orçamentárias empenhadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle alcançaram o valor de R\$ 857.498,91 (oitocentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e noventa e oito reais e noventa e um centavos), perfazendo o montante até o trimestre no valor de R\$ 1.665.618,99 (um milhão e seiscentos e sessenta e cinco mil seiscentos e dezoito reais e noventa e nove centavos) que



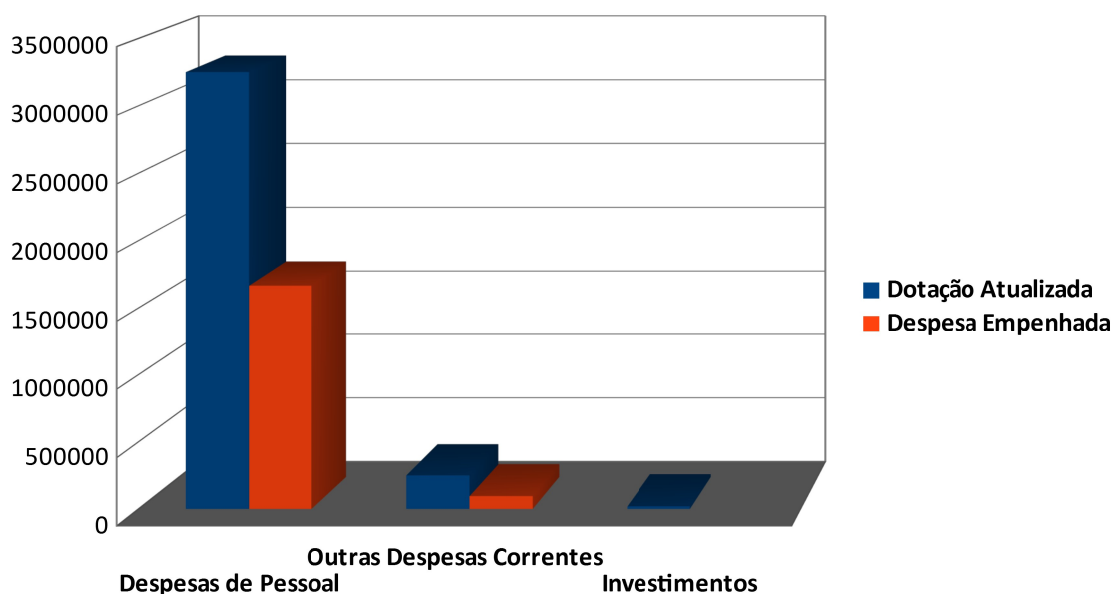
## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

corresponde a aproximadamente 50,94% da Dotação Orçamentária atualizada e estão demonstradas no gráfico a seguir:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

A relação entre a Dotação Orçamentária Atualizada e a Despesa Empenhada está configurada no gráfico abaixo:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

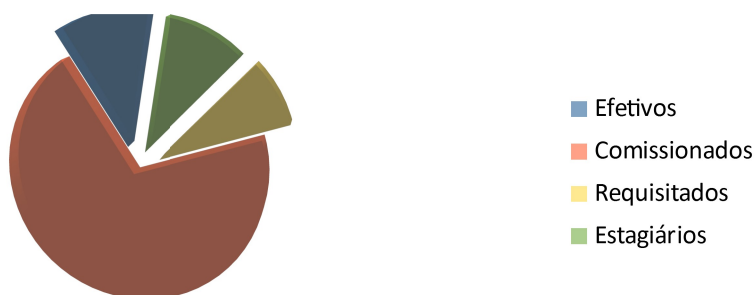
### 3.2 PESSOAL E ENCARGOS

O quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle é composto por 51 servidores, cuja distribuição está demonstrada na estatística de evolução do gráfico a seguir:



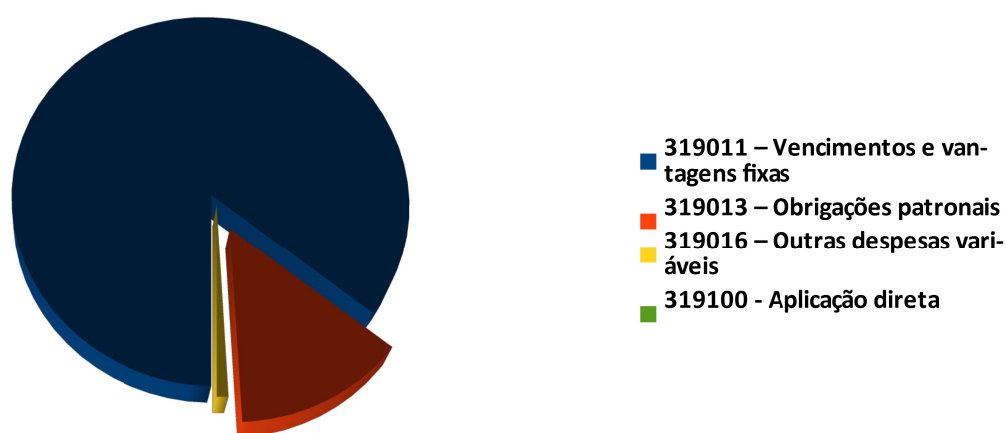


## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022



Fonte: RH/SETC

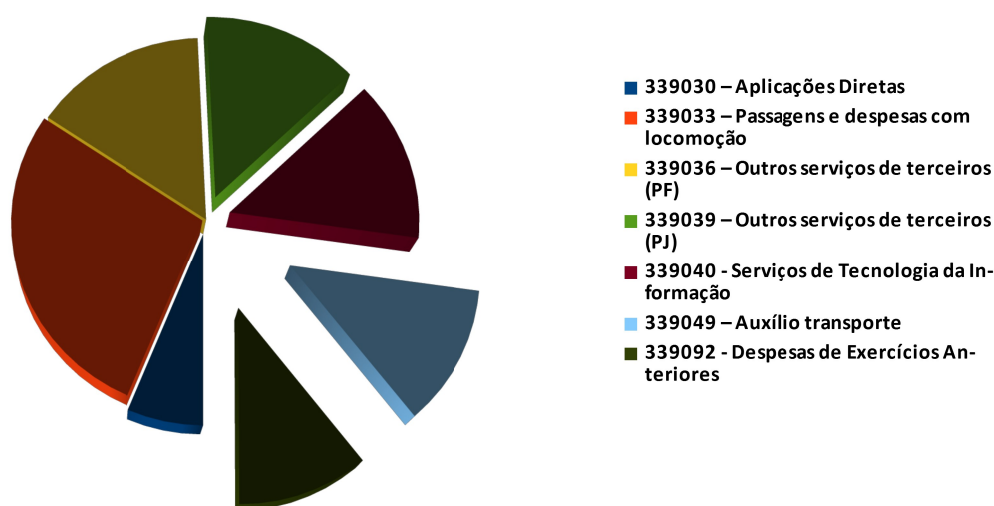
A despesa empenhada com pessoal da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, durante o segundo trimestre, alcançou o montante de R\$ 814.969,89 (oitocentos e quatorze mil novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos), perfazendo o montante até o trimestre no valor de R\$ 1.569.102,87 (um milhão e quinhentos e sessenta e nove mil cento e dois reais e oitenta e sete centavos) que corresponde a aproximadamente 52,30% da Dotação Orçamentária atualizada e está consignado nos elementos de despesas demonstrados no gráfico abaixo:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

### 3.3 OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO/INVESTIMENTOS

Além disso, no âmbito do custeio desta Casa de Controle Interno, durante o período de abril a junho de 2022, alcançou o montante de R\$ 42.529,02 (quarenta e dois mil quinhentos e vinte e nove reais e dois centavos), perfazendo o montante até o trimestre no valor de R\$ 96.516,12 (noventa e seis mil quinhentos e dezesseis reais e doze centavos) que corresponde a aproximadamente 38,60% da dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrados no gráfico a seguir, que confirma o momento de contenção de despesa da Administração Estadual:



Fonte: i-Gesp/Sefaz

### 3.4 TRANSPARÊNCIA E MODERNIZAÇÃO

Compete ao Núcleo de Transparência e Modernização - NTM planejar, executar, acompanhar e propor soluções modernas na área de Tecnologia da Informação da Secretaria de Estado da Transparência e Controle, com também, avaliar e monitorar os portais de transparência dos órgãos e entidades do Executivo Estadual.

Para execução das competências atribuídas, o NTM conta com as seguintes áreas: Área de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, Área de Suporte e Infraestrutura e Área de Avaliação e Monitoramento de Portais.



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

### 3.4.1 ÁREA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA

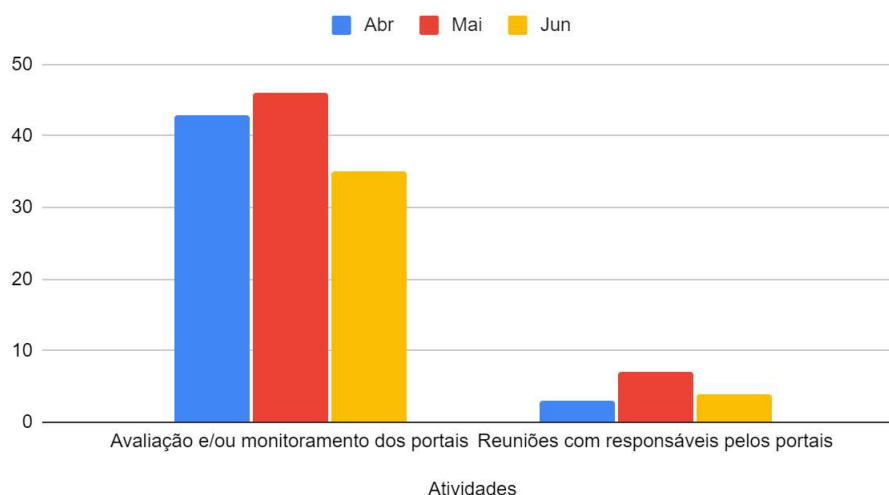
Esta área tem a responsabilidade de acompanhar e monitorar os portais da transparência dos órgãos e entidades do poder executivo, com o objetivo de ampliar e melhorar a disponibilidade das informações e dados ofertados ao cidadão.

Realiza constantes ações junto aos responsáveis pelos portais da transparência, com o intuito de orientar sobre a padronização do sítio e dirimir as eventuais dúvidas quanto à origem e confiabilidade das informações disponibilizadas.

Atividades realizadas no segundo trimestre de 2022

Atividades	Abr	Mai	Jun	Total
Avaliação e/ou monitoramento dos portais	43	46	35	124
Ações com os responsáveis pelos portais	3	7	4	14
Total	46	53	39	138

Abr, Mai e Jun



### 3.5 OUVIDORIA SETORIAL

Foram atendidos/respondidos aos questionamentos e demandas, no total de **06** (seis) atendimentos, feitos através do portal <http://ouvidoria.se.gov.br/>, de forma ágil, transparente e eficaz.



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

### 3.6 UNIDADE SETORIAL DE CONTROLE INTERNO

No intuito de aprimorar e buscar sempre a eficiência administrativa, a USCI promove mecanismos internos para fomentar a cultura de controle setoriais.

#### 3.6.1 ADESÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

O Programa Nacional de Combate à Corrupção (PNPC) é uma iniciativa executada pelas redes de controle da gestão pública, e em Sergipe tem o Fórum de Combate à Corrupção (FOCCO) como representante local. Em 15 de Junho de 2022, iniciou a segunda etapa do PNPC, o evento de capacitação para as organizações que aderiram ao programa, com transmissão ao vivo pelo canal do TCU, no Youtube.

O foco das palestras foram temas relacionados a gestão da ética e da integridade, com objetivo fomentar a importância da ética nas organizações, da criação de uma cultura de integridade, de um código e comissão de ética, de estruturas de controle como ouvidoria e corregedoria e diversos assuntos relacionados às práticas dos componentes dos mecanismos para prevenção à corrupção.

O PNPC integra as ações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Enccla e conta com o apoio de instituições nacionais como o Tribunal de Contas da União, a Controladoria Geral da União, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, (CNPTC), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), o Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Instituto Rui Barbosa (IRB). Aqui em Sergipe, o Programa integra uma das ações do FOCCO com a participação dos órgãos que o compõem.

O PNPC, por intermédio do TCU e SETC, alcançaram uma aceitação ao programa de 42 (quarenta e dois) órgãos e entidades do Executivo Estadual, demonstrando que os próprios gestores serão os agentes de mudança e incremento de boas práticas, facilitando o relacionamento entre os controles internos e externos.

Com as medidas implementadas, espera-se o fortalecimento das estruturas nas organizações públicas do Estado, a partir da disseminação de condutas éticas e de integridade e redução de níveis de fraude e corrupção.



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

---

Em síntese, o relatório se propôs a demonstrar as atividades finalísticas realizadas pela Secretaria de Estado da Transparência e Controle – SETC, em cumprimento às competências legalmente atribuídas.

Aracaju/SE, 28 de julho de 2022.

**SHEILA FEITOSA MACEDO**  
Superintendente Executiva



## Relatório de Controle Interno 2º Trimestre de 2022

---

1. Ciente, em 28 de julho de 2022.
2. Autorizo a remessa deste Relatório Trimestral ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para fins de atendimento às disposições das Resoluções nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº 226/2004, e nº. 306/2017.

**BENEDITO DE FIGUEIREDO**  
Secretário de Estado





**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO  
**SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE**

Página: 1 de 1

**Ofício nº 453/2022-SETC**

**Aracaju, 28 de julho de 2022.**

A Sua Excelência o Senhor

**FLÁVIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA NETO**

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – TCE/SE

Avenida Conselheiro João Evangelista Maciel Porto, S/N - Capucho

Aracaju/SE - CEP: 49.081-020

**Assunto: Relatório de Controle Interno - RCI - 2º Trimestre de 2022.**

Senhor Presidente,

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, nos termos das disposições contidas na Resolução nº. 206/2001, atualizada pela Resolução nº. 226/2004, e Resolução nº. 306/2017, encaminhamos a Vossa Excelência, em anexo, o inteiro teor do 2º Relatório Trimestral de Controle Interno, período de abril de 2022 a junho de 2022, desta Secretaria de Estado da Transparência e Controle – **SETC**.
2. Por fim, nos colocamos à disposição para prestar-lhe os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**BENEDITO DE FIGUEIREDO**  
**Secretário(a) de Estado**

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE

### Recibo de Transmissão

Código do Recibo: 9970  
Data da Entrega: 28/07/2022  
Unidade Gestora: 009228 - SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E  
CONTROLE  
Período: SEGUNDO TRIMESTRE Ano de Referência: 2022  
Tipo: RELATORIO E CERTIFICADO DO CONTROLE INTERNO  
Responsável: 02245337549

---

Emitido em: 28/07/2022